



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,  
REVISÃO E REDAÇÃO**

**SESSÃO: 171.4.55.O**

**DATA: 03/07/18**

**TURNO: Noturno**

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa  
Extraordinária - CD**

**LOCAL: Plenário Principal - CD**

**INÍCIO: 18h59min**

**TÉRMINO: 21h16min**

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

**Obs.:**

**Ata da 171ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Noturna, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 3 de julho de 2018.**

**Presidência dos Srs.:**

**Rodrigo Maia, Presidente.**

**JHC, 3º Secretário.**

**Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.**

**ÀS 18 HORAS E 59 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:**

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

André de Paula

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



## **I - ABERTURA DA SESSÃO**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 384 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Novo painel!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Novo painel.

## **II - LEITURA DA ATA**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

## **III - EXPEDIENTE**

**(Não há expediente a ser lido.)**

*O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.*



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Passa-se às

#### **IV - BREVES COMUNICAÇÕES**

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Zé Geraldo.



---

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar as dificuldades que principalmente o povo da Região Norte do Brasil tem encontrado para viajar de avião.

Hoje, cheguei ao aeroporto às 5 horas da manhã para pegar o voo das 6 horas. O avião chegou a Belém às 11 horas. Disseram que estava em Macapá e que o atraso era devido a um nevoeiro. Em situação igual à minha, havia centenas de pessoas no aeroporto.

Às 11 horas da manhã esse avião ia decolar, mas aí ele quebrou. Eu só consegui chegar agora à noite a Brasília. A maioria dos passageiros tiveram mais problemas ainda, porque estavam viajando para outros Estados.

Então, é um desrespeito total o que as empresas aéreas fazem com os passageiros no momento em que cancelam voos.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Está feito o registro de V.Exa., Deputado Zé Geraldo.



---

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Soraya Santos, na última votação, votou “sim”, com o partido.

**O SR. JÚLIO CESAR** (PSD-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estava no Palácio do Planalto e, quando cheguei aqui, a votação já tinha sido encerrada. Se eu estivesse aqui, votaria com o partido. Releve a minha ausência.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar que o Ministro Ricardo Lewandowski, do STF, determinou que a venda de qualquer patrimônio do Estado brasileiro precisa de autorização desta Casa. Isso é muito importante!

Mais importante do que essa decisão é a necessidade de que isso vire regra. Michel Temer, de forma ilegítima, por meio do Decreto nº 9.355, de 2018, fez um desinvestimento na PETROBRAS. O Parente já usou isso para vender 60% de refinarias como a REFAP, no Rio Grande do Sul, além de refinarias no Paraná, na Bahia e em Pernambuco, entregando-as ao capital privado.

Essa decisão do Ministro Lewandowski fez com que a PETROBRAS revisse essa questão.

Eu, que presido a Frente Parlamentar em Defesa das Refinarias, quero dizer aqui que foi muito acertada essa decisão. Nada pode ser vendido sem o voto deste Parlamento, em defesa do conteúdo nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Está feito o registro, Deputado Bohn Gass.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL quer registrar aqui o aplauso para a nova realidade que o México vive, não a da seleção deles, afastada da Copa do Mundo pela brilhante atuação da Seleção Brasileira de futebol, na segunda-feira, mas antes disso, no domingo, indo às urnas de maneira livre e muito intensa.

O voto lá é voluntário, não é obrigatório, mas mais de 60% da população compareceu às urnas e elegeu Andrés Manuel López Obrador, que disse no seu discurso, na Praça Zócalo, diante de uma multidão, que os seus compromissos podem ser resumidos em não mentir, não trair e um México independente em primeiro lugar.

A Esquerda Progressista não está derrotada e vai reconquistar o seu lugar na história de *Nuestra América*, que é um lugar de busca da participação popular, da democracia plena, da Justiça justa e dos avanços na direção da igualdade social.

O México tem 90% do seu comércio vinculado aos Estados Unidos, mas vai superar aquela invectiva de Porfirio Díaz, há quase 1 século, que falava da sua pátria: *“Pobre México. Tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos!”*

O México retoma a sua caminhada, de Emiliano Zapata, de Pancho Villa, dos camponeses organizados, na primeira revolução socialista do mundo. Em outra realidade, é evidente que podem vir decepções e recuos, mas é importante que, quando o povo opina livremente, as coisas começam a mudar.

Assim seja!





---

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário,  
deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr.  
Rodrigo Maia, Presidente.*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aprovei nesta Casa, há alguns anos, um projeto que virou lei em que a mamografia pelo SUS passou a ser gratuita, um avanço significativo para as mulheres do nosso País, até porque o câncer de mama, todos nós sabemos, vem se agravando cada vez mais. A mulher precisa desse exame de mamografia grátis pelo SUS, e em tempo, para evitar que o câncer avance, e depois isso vire uma tragédia.

No entanto, no último ano, das 11.500 mulheres previstas para fazer o exame de câncer de mama, tão somente 2.700 mulheres o fizeram, ou seja, 25% efetivamente das mulheres foram atendidas no exame de mamografia, porque o Governo não investiu em mamógrafo, não deu o socorro de que as mulheres precisam, merecem, necessitam, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente, por 3 minutos.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último domingo, o México teve eleições históricas. Na verdade, o candidato que venceu as eleições, com 53% dos votos, sendo que o segundo colocado teve 22%, e o terceiro, 16%, já havia ganhado a eleição há 8 anos, quando foi fraudada. López Obrador foi Prefeito da Cidade do México duas vezes, uma referência para os mexicanos.

Aquele país há muito tempo é comandado pelo Partido Revolucionário Institucional — PRI, um partido, sem dúvida, fisiológico, clientelista, repressor, que chegou a ser substituído pelo chamado Partido de Ação Nacional — PAN, ultra neoliberal. Um dos presidentes foi chefe-executivo da Coca-Cola no México. E o México andou para trás, andou muito para trás em matéria de pobreza, de exclusão social e de submissão ao império norte-americano, com o acordo do NAFTA e também com a violência que consegue cooptar grande parte da juventude. É um dos mais violentos do mundo, onde o cartel de drogas do norte do México se espalhou agora pelo país inteiro.

Por isso, a vitória de López Obrador é, sem dúvida, uma novidade. Ele é de um partido chamado MORENA, que é, na verdade, o Movimento Regeneração Nacional.

Nós esperamos que ele consiga dar outra direção ao México. Entendemos que o povo mexicano quer, sim, igualdade e justiça social, não subordinação política; anti-imperialista, contra o muro de Trump; quer geração de emprego e renda e o fim da subordinação, do fisiologismo e do clientelismo político.



Recordamos aqui Benito Juárez, Madero e também Cárdenas. O México teve presidentes e líderes de primeira grandeza com a Revolução Mexicana de 1909.

Viva o México!

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, após sofrer duas derrotas em eleições presidenciais, em 2006 e 2012, Andrés Manuel López Obrador, líder do Movimento Regeneração Nacional (MORENA), foi eleito, no dia 1º de julho de 2018, o novo Presidente do México.

López Obrador, que foi Prefeito da Cidade do México, capital do país, entre 2000 e 2005, venceu com 53%, mais de 24 milhões de votos — o maior índice já conquistado por um candidato à presidência em toda a história mexicana. Em segundo lugar ficou o candidato do Partido da Ação Nacional (PAN), Ricardo Anaya, com 22%; e, em terceiro, o candidato do Partido Revolucionário Institucional (PRI), José Antonio Meade, com 16% dos votos.

O caráter histórico da vitória de Obrador, considerando um político de centro-esquerda, está no fato de ter interrompido quase 90 anos de governos da direita no México, exercidos historicamente pelo PRI e mais recentemente pelo PAN. Foram longas décadas de hegemonia direitista, que levaram o México a situação atual de decadência e profunda crise, em razão da corrupção endêmica, da profunda desigualdade social e da extrema violência.

Esta violência se refletiu nas eleições, com o assassinato de 130 políticos no México no período eleitoral, segundo o Indicador de Violência Política no México 2018, elaborado pela consultoria Etellekt. Além dos políticos, os jornalistas também



têm sido outro alvo, com 44 mortes registradas nos 6 anos do governo de Peña Nieto, do PRI, eleito presidente em 2012 com 39% dos votos. Considerado o período mais letal para os jornalistas, segundo dados da organização Artigo19. No conjunto do país foi registrado um novo recorde de 25,3 mil homicídios no ano passado (um aumento de 13%).

No caso da corrupção, os indicadores também são alarmantes. O Índice de Percepção da Corrupção 2017, que é elaborado pelo organismo Transparência Internacional, situa o México no 135º lugar, entre 180 países; e o país pior avaliado entre os membros do G-20 e membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Outros fatores tonaram esta eleição histórica, como, por exemplo, o fato de ter sido o maior pleito da história recente do México, com a renovação de 18,3 mil postos públicos, entre presidente, governadores, prefeitos, conselheiros locais, senadores e deputados estaduais e federais.

Foi também a primeira eleição desde a posse do direitista e conservador Donald Trump nos EUA e o endurecimento da política migratória, incluindo a promessa de construir um muro na fronteira com o país vizinho. Durante a campanha, em 2015, Trump chegou a dizer que o México enviava “drogas e estupradores” aos EUA. E agora chegou a separar crianças de seus pais na nova fase de “tolerância zero” da política racista e desumana do atual governo norte-americano em relação aos imigrantes.

Todos estes fatores, associado à larga margem de sua vitória, dão a López Obrador uma gigantesca responsabilidade e poder de mobilização política para do povo mexicano que o elegeu. Certamente os rumos de seu governo estarão em



---

disputa entre as forças progressistas e conservadoras, tendo que enfrentar pela frente a resistência do poder econômico e da grande mídia.

A experiência latino-americana tem comprovado a tese de que as mudanças sociais mais profundas dependem da capacidade de mobilização popular que um governo eleito pelo desejo de mudança pode alcançar; ou seja, se Obrador optar pelo caminho da conciliação, com os interesses dos de cima e abrir mão da mobilização do povo em prol das mudanças que o povo mexicano almeja, fatalmente teremos uma decepção.

É fundamental que os movimentos sociais que ajudaram na eleição de Obrador mantenham-se mobilizados e com sua atuação independente do governo, para que as promessas de um novo México não sejam esquecidas e o país possa ingressar em uma nova hegemonia política, marcada pelo fortalecimento da democracia, da igualdade e da paz social.

Muito obrigado.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Aliel Machado.

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo às Sras. e aos Srs. Deputados, e, principalmente, ao nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, pela celeridade na votação do Projeto de Lei nº 7.512, de 2014. Esse projeto de lei busca anistiar algumas multas, de pequeno valor, entre 200 e 500 reais, que estão criando um grande problema a todos os escritórios de contabilidade no Brasil.

Essa burocracia do Governo é um absurdo. Estão multando pequenas empresas por não terem entregue a GFIP — Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, no período de 2009 a 2013, mas de ações que foram pagas por essas empresas. É um verdadeiro absurdo!

Eu estive com a Sra. Rita de Cássia, Presidente do SESCAP de Campos Gerais, o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, com o Sr. Aguinaldo Mocelin, com o Rafael Bardal, representando o Presidente do SICOPON — Sindicato dos Contabilistas de Ponta Grossa. E é muito importante a aprovação desse projeto de lei por esta Casa, para reparar um erro com os contabilistas.



---

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (MDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Na votação anterior, o Deputado Lucio Vieira Lima votou com o partido.





---

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para também me manifestar contrariamente ao projeto de lei que restringe a comercialização dos produtos orgânicos no Brasil.

É um absurdo, no momento em que nós estamos vivendo, em que querem aumentar os agrotóxicos no alimento dos trabalhadores e das pessoas brasileiras, em que se anistiam dívidas bilionárias no Brasil através de acordos espúrios, nós criarmos mais uma burocracia.

Os alimentos orgânicos, na sua grande maioria, são produzidos por pequenos produtores familiares. Esses têm o seu comércio local, produzem alimento de qualidade, alimento sem veneno, o que deveria ser uma política para este País, inclusive para os grandes supermercados e grandes centros de venda de alimentos no nosso País.

Agora, um projeto de lei que facilita a burocratização é um absurdo!

Nós vamos nos manifestar contrariamente a isso.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra apenas para reafirmar essa questão da comercialização dos produtos sem agrotóxicos, produtos que têm a qualidade de serem orgânicos na acepção da palavra, que são produzidos pela pequena propriedade com zelo, com cuidado, sem veneno, sem agrotóxico, sem nenhum tipo de manipulação.

Presidente, aprovaram agora na Comissão de Agricultura desta Casa um projeto de lei que diz que esses produtos orgânicos não podem ser comercializados nas prateleiras dos supermercados.

Isso é uma vergonha para nós do Parlamento! Nós negamos os orgânicos, um avanço comemorado pelo País. No mundo inteiro, é respeitado e valorizado o produto orgânico, inclusive com preço diferenciado. Não dá para aceitar isso.

Fica o meu protesto por terem aprovado um projeto contra a comercialização dos orgânicos.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Enio Verri.

**O SR. ENIO VERRI** (PT-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para anunciar o lançamento do livro *Vida, Luta e Poesia*, de Ariulino Alves Moraes, conhecido como Chocolate.

Essa obra trata da história de um militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Paraná, que atua hoje na região de Imbaú, de Telêmaco Borba, em toda aquela região que honra aqueles que lutam pela terra, aqueles que fazem da sua vida um instrumento de construção da justiça social.

Mais do que isso, Chocolate hoje é uma liderança que tem a sua história como modelo para aqueles que acreditam que é possível ter um país, em especial, um Paraná, mais justo; um Paraná onde a terra possa ser dividida com todos; e principalmente um Estado onde a terra possa ser instrumento de distribuição de renda e de justiça social.

Parabéns, Chocolate!

Parabéns a todos aqueles que acreditam na luta do povo!



---

**O SR. BENITO GAMA** (Bloco/PTB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o Deputado Benito Gama, na última votação, votou com o partido.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel.

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria aproveitar este momento para dizer que ontem, a convite do Reitor da Universidade Federal de Sergipe e da querida Superintendente do Hospital Universitário de Sergipe, Dra. Angela Silva, visitei aquele Hospital Universitário.

Quero parabenizar todos os funcionários, trabalhadores e trabalhadoras do Hospital Universitário. Lá pudemos ver aplicada uma emenda impositiva nossa no valor de 1 milhão e 800 mil reais. Vi equipamentos modernos na área de oftalmologia, que já estão em pleno funcionamento, com exames para 100% da população que utiliza o SUS.

Parabéns à Universidade Federal de Sergipe, ao Hospital Universitário, a todos os professores e alunos que fazem daquele hospital o orgulho de Sergipe!

Sr. Presidente, quero que este meu pronunciamento seja registrado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar que na manhã desta segunda-feira, dia 2, tivemos a oportunidade de conhecer o funcionamento e os novos equipamentos do Centro de Oftalmologia do Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe — HU/UFS.

Fui recepcionado pelo Reitor Angelo Antonioli e pela Superintendente do HU, Angela Silva, com um café da manhã em agradecimento pela liberação das verbas da emenda individual que permitiram que o serviço fosse ampliado, oferecendo à



população procedimentos através do Sistema Único de Saúde —SUS que antes não eram realizados.

A emenda em torno de R\$ 1,8 milhão, liberada através do Fundo Nacional de Saúde — FNS, possibilitou que novos e modernos equipamentos oftalmológicos fossem adquiridos, oferecendo aos usuários exames e procedimentos cirúrgicos que até então não eram realizados pelo hospital, a exemplo de cirurgias de catarata. Agora, no Centro Oftalmológico do HU os pacientes podem realizar exames em equipamentos de ponta que não deixam nada a dever aos existentes em clínicas particulares.

Ressalto a alegria em ver o centro em pleno funcionamento, atendendo usuários do SUS. Para nós isso é muito importante. E ficamos muito felizes em ver a organização, a capacidade e o compromisso que tem a Universidade Federal de Sergipe, em especial o Hospital Universitário, a Superintendente Dra. Angela e toda equipe.

De acordo com o Reitor Angelo Antonioli, esse novo serviço, além de beneficiar a população, atendendo os usuários do SUS, vai possibilitar uma melhor capacitação dos alunos.

Destacou o Reitor, que entregou a medalha dos 50 anos da UFS ao Deputado João Daniel pelos relevantes serviços prestados à instituição:

*Nos 50 anos da UFS, é com enorme prazer que recebo hoje o deputado João Daniel para agradecermos seu empenho. Estamos aqui inaugurando o Centro Oftalmológico, um dos melhores e mais equipados de Sergipe, para o atendimento 100% SUS. É isso que o*



*deputado acabou entendendo e liberou R\$ 1,8 milhão.*

*Com esses recursos podemos comprar equipamentos que possam servir a nossa sociedade e formar nossos alunos.*

*Esta é a missão da UFS e que a gente leva a cabo com toda firmeza e dedicação.*

A Superintendente do HU, Dra. Angela Silva, relatou que a oftalmologia era uma das especialidades mais frágeis do hospital. Ela lembrou que, quando foi procurada espontaneamente pelo Deputado João Daniel para a destinação de recursos para o serviço de oftalmologia, sabia das dificuldades para a liberação de uma emenda individual nesse valor. *“Mas o desprendimento do deputado fez com que pudéssemos constituir um Serviço de Oftalmologia que não deixa a desejar em nada em relação ao que é ofertado no estado”*, destacou, ressaltando que essa foi a única emenda individual de parlamentar por Sergipe para o HU.

Os pacientes sergipanos já estão podendo desfrutar desse importante atendimento em oftalmologia no Hospital Universitário da UFS. Por mês estão sendo realizadas entre 350 a 400 consultas, além de mais de 650 exames. *“Isso totaliza cerca de mil pacientes por mês sendo atendidos no nosso Centro de Oftalmologia”*, comemorou a superintendente.

De acordo com a responsável técnica do setor de Oftalmologia, a médica Diane Guimarães Duarte, graças a essa emenda foi possível a compra de equipamentos que têm possibilitado a realização de exames como OCT, tomografia do nervo ótico e da retina, retinógrafo, campímetro, Yag laser e lâmpada de fenda com sistema de vídeo, que possibilita que os alunos também vejam por vídeo o olho que está sendo examinado. Vários desses exames, além de avaliar o estágio de



---

determinadas doenças, são fundamentais para a detecção precoce de outras e assim ajudar a salvar vidas. Para cirurgias, foram adquiridos com os recursos da emenda o microscópio cirúrgico e o facoemulsificador, para realização de cirurgias de catarata.

Após conhecer o funcionamento de todo o centro, este Deputado Federal reafirmou seu compromisso com a Universidade Federal de Sergipe e com o Hospital Universitário. Podem contar comigo em todos os anos em algum compromisso de emenda impositiva para a saúde da Universidade Federal de Sergipe, para os dois Hospitais Universitários, de Aracaju e Lagarto.





**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo, quero dirigir-me a V.Exa.

Nós começamos uma nova sessão e sempre a Oposição, quando não tem interesse em um projeto, pede um novo painel. As sessões são de 4 horas, com mais 1 hora de prorrogação, totalizando 5 horas. O tempo que os Líderes utilizam de cada sessão chega a mais de 2 horas e meia para todos os Líderes dos partidos. Duas sessões são 5 horas de discurso.

Eu tenho projeto protocolado na Mesa, já há muito tempo, para fazermos sessões de 5 horas, com mais 5 horas de prorrogação. Nós economizaríamos 3 horas por sessão. Às 19 horas ou 20 horas, estaríamos todos livres em todas as sessões.

O mundo mudou, mas o Regimento Interno da Câmara não mudou. A tecnologia chegou, as mudanças são muito grandes.

Portanto, faço um apelo a V.Exa.: coloque em votação a nossa proposta ou uma ou outra que V.Exa. venha a fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, eu já pedi à Assessoria que me encaminhasse uma proposta simples.

Na reunião da Mesa desta semana vou aprovar essa proposta, é claro que aquilo que for consenso, e encaminhá-la, para que possamos votar mudanças no Regimento, valendo para a próxima legislatura, o que eu acho seria justo com todo mundo. Ninguém sabe ainda quem será o próximo Presidente e quem será a próxima Maioria.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Zé Geraldo.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, enquanto no México elege-se um presidente do povo, aqui no Brasil mantém-se preso o Presidente do povo brasileiro e tem-se uma nova decisão do Supremo Tribunal Federal, do Ministro Fachin, que, na minha avaliação, faz uma molecagem naquela Corte.

O que o Fachin vem fazendo não é uma coisa diante da qual podemos ficar calados. O Ministro Fachin, de forma irresponsável, ameaça a democracia brasileira. Ele vem fazendo manobras para manter o ex-Presidente Lula preso. Todo o povo brasileiro está percebendo isso.

Mais uma vez, o Supremo do Brasil contribui para que o ex-Presidente da República continue preso, um Presidente querido pelo povo, um Presidente que o povo quer que volte a presidir o Brasil.

Portanto, deixo o meu protesto em relação ao Ministro Fachin, que vem agindo de forma irresponsável como Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, peço que esta minha fala seja divulgada para todo o Brasil no programa *A Voz do Brasil*.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Foletto.

**O SR. PAULO FOLETTO** (PSB-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro o repúdio do cidadão capixaba a uma atitude do Governo Federal. No caso da renovação da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas, que está por acontecer, já havia sido combinado pelo Governo Federal que a contrapartida da Vale seria fazer um ramal no tronco sul do Espírito Santo. Esse ramal sairia de Vitória e chegaria ao Porto Central. Ontem, nós fomos surpreendidos com a notícia de que agora, em vez do ramal da EF que ligaria Vitória ao Porto Central, no sul do Espírito Santo, vai ser feita uma ferrovia no Brasil central.

É claro que, de um governo vulnerável como o do Presidente Temer, podemos esperar tais decisões. O Espírito Santo, que se tem mantido organizado e serve de exemplo para o Brasil, um Estado que está aprumado neste momento de economia instável e negativa, poderia, com esse investimento, manter a sua estabilidade por um bom tempo ainda. E agora o Governo Federal, instável e vulnerável, muda de rumo.

Fica esse registro da bancada capixaba, do cidadão capixaba, que não merece ser tratado dessa maneira.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Informo ao Plenário que, às 19h32min, vou encerrar a Ordem do Dia, se não houver quórum, e vou abrir outra sessão. Todas as sessões terão efeito administrativo, que vale para todos os Parlamentares, inclusive para aqueles que estejam em obstrução.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero esclarecer, inclusive aos que nos acompanham, algo que está bombando nas redes virtuais, que é a aparente restrição à comercialização de produtos orgânicos.

Essa compreensão, que tem razão de ser, deriva do Projeto de Lei nº 4.576, de 2016, do Deputado Edinho Bez, do PMDB de Santa Catarina. Esse projeto de lei está agora na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Passou pela Comissão de Agricultura e, no nosso entendimento, tem que ir para a Comissão de Defesa do Consumidor, para a Comissão de Desenvolvimento Econômico, o que alguns colegas nossos já pleiteiam também. Esse projeto, de fato, traz complicações, na medida em que restringe a comercialização de orgânicos a propriedades particulares ou feiras livres temporárias ou permanentes.

Para nós, isso é grave, porque as compras governamentais de produtos orgânicos, que têm crescido, felizmente — nem todos, felizmente também, são aficionados a pesticidas ou agrotóxicos —, poderiam ser restringidas.

Tudo o que significa limitação à venda de produtos orgânicos, que precisam ser mais acessíveis à população, por serem mais saudáveis, apenas reforça o nicho de poucos consumidores. A quem interessa isso?

Vamos debater profundamente esse projeto, vamos alterá-lo, para que ele seja um elemento de ampliação do consumo popular de produtos saudáveis e orgânicos e não um elemento de restrição, de limitação. Essa é mais uma luta a ser travada.



**O SR. ROBERTO BRITTO** (Bloco/PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas justificar a minha falta na votação anterior, por causa do atraso do meu voo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Qual era a companhia aérea, Deputado?

**O SR. ROBERTO BRITTO** - É a Avianca.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Avianca não atrasa, Deputado.

**O SR. ROBERTO BRITTO** - Mas, no caso, atrasou.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou hoje uma carta à direção do nosso partido. Na realidade, essa é uma carta pública, com que ele se dirige à sociedade brasileira para mais uma vez demonstrar a sua indignação e a sua absoluta inconformidade com a maneira como vem sendo tratado pela Justiça no nosso País.

O Presidente Lula não está pedindo favores, o Presidente Lula não está pedindo tratamento diferenciado. O Presidente Lula está pedindo justiça e a observância da Constituição Federal.

Nos últimos dias, nós assistimos a manobra produzida, infelizmente, por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Edson Fachin. Às vésperas do julgamento de um recurso cautelar do Presidente Lula, que pedia o efeito suspensivo do julgamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ocorre um fato absolutamente estranho: às 19h05min de uma sexta-feira, há um despacho da Vice-Presidente do TRF4, em que nega ao Presidente Lula o direito de ver o seu recurso extraordinário subir ao STF, e, pasmem os senhores e as senhoras, 40 minutos depois, às 19h45min, de maneira monocrática, o Relator arquiva o recurso do Presidente Lula. Ele o retira da pauta, impede que o recurso seja analisado pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, que é, nesse caso, o juiz natural. É nesse espaço da Justiça que essa matéria deveria ser analisada.

A defesa do Presidente Lula recorre da decisão do Ministro Relator, manifesta-se contra o arquivamento. Então, senhoras e senhores, esse Ministro



Relator, que já havia levado a matéria para a Turma, de maneira absolutamente ilegal, decide contra o Regimento do Supremo, usurpando o direito de um cidadão, diz que esse recurso não deve ser julgado pela Turma, mas sim pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal.

Senhoras e senhores, fica mais do que evidente que há manipulação no momento em que se retira de qualquer cidadão a oportunidade de que o juiz que vai analisar o seu processo seja definido de maneira aleatória, através de sorteio, e seja o juiz natural. Passa-se a conduzir o processo para que ele caia no plenário ou na mão de alguém cujo posicionamento já se sabe, de maneira antecipada. Dessa maneira, nós não temos mais no País justiça.

Observem os senhores e as senhoras a gravidade deste fato. Quando essa matéria chega ao Pleno do STF, deveria ser relatada, é evidente, por um dos integrantes da Segunda Turma. Afinal de contas, era essa a turma que por direito iria analisar o recurso e que estava analisando a matéria. No entanto, diferentemente de tudo aquilo que sempre aconteceu, a Presidenta do Supremo Tribunal Federal não submete imediatamente a sorteio o recurso do Presidente Lula, aguarda de maneira indevida, e é designado como Relator o Ministro Alexandre de Moraes, que não é integrante da Segunda Turma! Portanto, esse Ministro do Supremo Tribunal Federal, do ponto de vista legal, do ponto de vista do Regimento do Supremo Tribunal Federal, não poderia sequer participar do sorteio.

Mais uma vez, peço a atenção de V.Exas. para que observem isto. Poucas horas depois, Alexandre de Moraes nega ao Presidente Lula o direito de ver o seu recurso analisado pela Segunda Turma.





Ora, senhoras e senhores, nós assistimos, de maneira gritante, de maneira ostensiva, a manipulação na condução da pauta. Nós estamos há meses assistindo à Ministra Presidenta do Supremo Tribunal Federal, de maneira peremptória, negar-se a colocar em julgamento ação declaratória de constitucionalidade, relatada pelo Ministro Marco Aurélio, que está pronta para seguir para o Plenário desde o início deste ano.

Agora o Relator simplesmente nega ao Presidente Lula a oportunidade de ver um recurso seu ser analisado pela Segunda Turma! Tudo isso, evidentemente, tem um único objetivo: impedir que o Presidente Lula seja colocado em liberdade e participe da corrida eleitoral, do processo eleitoral. Quer-se tirar do povo brasileiro a oportunidade de eleger o Presidente Lula!

Senhoras e senhores, seria muito mais legítimo, seria democrático, fortaleceríamos as nossas instituições se aqueles que querem impedir que o Presidente Lula volte à Presidência da República tivessem a coragem de lançar um candidato para enfrentá-lo nas urnas e tentar derrotá-lo. Mas não, optam por um processo seletivo e sucessivo de golpes, que rasgam a Constituição, que enfraquecem a democracia, que colocam em risco o Estado Democrático de Direito neste País! Quem tem interesse em tudo isso? Que interesses são esses que se levantam de maneira silenciosa e clandestina e manipulam o Poder Judiciário, interferem na nossa democracia, colocam em risco o futuro do nosso País?

Senhoras e senhores, a indignação do Presidente Lula é a nossa indignação. Ele observa todo esse processo odioso de perseguições, baseado em mentiras, que começou com o Ministério Público Federal, Moro e o TRF4, onde jamais algo foi



provado contra ele. Esse processo causa indignação não em Lula, mas em todos nós.

O Presidente Lula conclui sua carta fazendo mais uma vez um desafio, para que apresentem uma prova, uma prova qualquer, de que em algum momento da sua vida ele cometeu algum crime ou de que aquele imóvel do Guarujá tenha pertencido a ele. Mas apresentem essa prova antes do dia 15 de agosto, porque, se isso não acontecer até 15 de agosto, nós vamos inscrever a sua candidatura e ele será o nosso candidato a Presidente!



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 171.4.55.O**

**Data: 03/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 4176**

---

**V - ORDEM DO DIA**

*PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 262 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



---

**O SR. WILSON FILHO** (Bloco/PTB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o Deputado Wilson Filho acompanhou o partido na última votação.

**O SR. JOÃO CAMPOS** (PRB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação da sessão anterior, o Deputado João Campos votou com o partido.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Requerimento de extinção de regime de urgência com o seguinte teor:

*Senhor Presidente,*

*Com base no art. 156 do Regimento Interno, requeremos a extinção do regime de urgência do Projeto de Lei nº 121, de 1999, do Sr. Cunha Bueno, que proíbe a reprodução e a importação de cães das raças “Rottweiler” e “Pit Bull”, puros ou mestiços, e dá outras providências.*

*Sala das Sessões, em 03 de julho de 2018.*

Assinam o Deputado Arthur Lira, o Deputado Baleia Rossi, o Deputado Domingos Neto, o Deputado Rodrigo Garcia, o Deputado José Rocha e o Deputado Celso Russomanno.



**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali, para uma questão de ordem.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Questão de ordem com base no art. 104, § 2º, que diz o seguinte:

*Art. 104.....*

*§ 2º No caso de iniciativa coletiva, a retirada será feita a requerimento de, pelo menos, metade mais um dos subscritores da proposição.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Foi por isso que eu li o nome dos autores.

Deputada, o Deputado Arthur Lira assinou. Há maioria. A sua questão de ordem está superada.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Deixe-me concluir a questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Essa questão de ordem está colocada e está superada.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Não está colocada.

V.Exa. pode me ouvir, por favor? Eu não concluí a questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Posso, Deputada.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Olhando os subscritores da época, percebe-se que existiam o Líder do PT, o do PMDB, o do PL e o do PTB.



Olhando os atuais requerentes do requerimento para a retirada de assinaturas, percebe-se que só coincidem as assinaturas do PMDB, do PTB e, no caso, do PL, que virou PR.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - E do PP, Deputada.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - No caso do PP, a assinatura é do Vice-Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não, Deputada. A assinatura é do Deputado Arthur Lira. Eu acabei de ler para V.Exa. Foi dada entrada agora, Deputada.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, o PP não assinou na época.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está aqui. Assinou agora, Deputada.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Mas não existia, como subscritor, o PP na época, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Existia o PPB, do Deputado Adelmo Leão. Pelo amor de Deus!

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, só 1 minuto.

Aqui não há o PPB na época.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - É claro que há! É o Deputado Adelmo Leão, Deputada.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Aqui não há a assinatura, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - É claro que há, Deputada.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Aqui não há a assinatura. Tenho na minha mão o requerimento de 1999, e não há.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está nos Anais da Casa, Deputada.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Está aqui na minha mão, Sr. Presidente.





Somando as assinaturas dos Líderes, dos subscritores atuais, são 92 assinaturas. Precisariíamos de pelo menos 93 assinaturas.

Então, esse número não corresponde à maioria mais um dos subscritores.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Corresponde, Deputada.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - É necessário que haja a maioria mais um dos subscritores. Esse requerimento não tem validade.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem, sim.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Aliás, quando deram entrada no requerimento, quem assinava pelo PP era o Deputado Valdir Colatto, não o Deputado Arthur Lira.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Foi por isso que fizeram outro requerimento, exatamente para cumprir o Regimento.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - O outro requerimento entrou depois?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - É matéria sobre a mesa, Deputada. Pode entrar a qualquer momento.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Sim, mas o Deputado Valdir Colatto não assinou nem na reunião de Vice-Líderes.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Assinou agora. O Deputado Arthur Lira estava aqui no plenário.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, eu estou querendo ter a validade do requerimento, porque, na verdade, o que está em pauta é retirar esse requerimento para colocar o das distribuidoras, para o art. 104.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O requerimento é válido.



**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Eu entendo que esta é uma manobra regimental que estão querendo utilizar para alcançar a maioria simples na urgência do setor elétrico.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - É legítimo.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Eu entendo que é uma manobra. Infelizmente, usa-se o Regimento também para manobrar. Mas aqui eu não estou vendo validade no requerimento, porque não existia a assinatura do PPB.

Cadê a assinatura do Deputado Adelmo Leão? Não a estou vendo aqui. O requerimento está na minha mão e eu não estou vendo essa assinatura.

Então, V.Exa. distribua o requerimento que V.Exa. está usando.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vamos à orientação de bancada.

**O SR. CABUÇU BORGES** (MDB-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em razão de uma pane em uma aeronave da Gol, só chegamos agora.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Nós podemos ter a cópia antes de se votar o requerimento? Este requerimento não tem a assinatura. Está na minha mão o requerimento que consta dos Anais da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Se V.Exa. quiser, a sua assessoria pode vir aqui, e nós o mostramos.

Está superada esta questão de ordem.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Precisamos de cópias para o Plenário, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PP? *(Pausa.)*



Como vota o MDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o Governo? *(Pausa.)*

Como vota a base? *(Pausa.)*

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Sr. Presidente, eu quero esclarecer uma questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não.

**O SR. BETO MANSUR** (MDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, coloque "sim" para toda a base.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A base vota "sim".

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Sr. Presidente, eu quero esclarecer uma questão, porque há uma confusão.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o PDT não se conforma com esse procedimento regimental. Nós estamos aqui constituindo algo que não está dentro do procedimento de urgência tradicional. Trata-se de um procedimento extraordinário, objeto de uma matéria extraordinária, que exige alta indagação.

Por isso, a partir deste momento, o PDT está em obstrução, Sr. Presidente.

**O SR. GONZAGA PATRIOTA** (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O Deputado Gonzaga Patriota votou com o partido, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria, Deputado Henrique Fontana?

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero esclarecer à opinião pública brasileira a manobra que está sendo feita neste plenário. Querem privatizar o setor elétrico do País, mas não conseguem 257 votos para a aprovação por maioria. Agora querem privatizar o setor elétrico com 130 votos.

Essa é a vergonha que está em curso neste plenário neste momento! Isso é uma manobra vergonhosa! Querem colocar à venda o setor elétrico brasileiro com apenas 130 votos, assim como entregaram trilhões do pré-sal com maioria simples.

Tenham pelo menos 257 votos! Tenham essa dignidade! Tenham 257 votos se quiserem aprovar a urgência, em vez de fazer essa manobra vergonhosa.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria fazer uma questão de ordem, porque este requerimento não pode ser aprovado por maioria simples.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu já respondi a essa questão de ordem, que está superada. A Deputada Jandira Feghali já fez essa questão de ordem.

**A SRA. ERIKA KOKAY** - É outra questão!

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - É outra questão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - V.Exa. tem a palavra, por 1 minuto.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, V.Exa. mesmo, no dia 22 de março de 2017, considerando o pedido de retirada de um projeto, disse que essa



matéria já havia sido aprovada na Câmara e já não era mais uma matéria de Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Isso é outra coisa. Foi na reforma trabalhista.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Aprovada, ela passa a ser matéria da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não tem nada a ver. Isso é urgência.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Então, Sr. Presidente, ao aprovar essa urgência, como foi aprovada, ela se tornou uma urgência regimental. Ela não pode ser retirada por maioria simples.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Essa questão está superada, Deputado.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Ela não pode ser retirada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O art. 156 está claro, Deputado.  
Vamos em frente.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, ela não pode ser retirada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)

Como vota o PSB?

**O SR. RODRIGO MARTINS** (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB é contrário. A bancada já se posicionou amplamente sobre essa legislação que hoje o Governo tenta emplacar, no intuito de liberar as concessionárias para privatização.

Por estratégia, vamos obstruir a votação deste requerimento de urgência.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?



---

**O SR. ARNALDO JARDIM** (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o Regimento da Casa tem duas finalidades: primeiro, garantir a diversidade de opiniões e de manifestações; segundo, preservar a maioria.

O Regimento estabelece que duas matérias podem ter regime de urgência. É legítimo que a maioria opte por escolher quais matérias deverão tramitar sob esse regime. Surgem novas matérias, e prioridades são redefinidas pela maioria em plenário. Manobrar seria fazer com que o interesse da minoria prevalecesse sobre o da maioria. Portanto, somos a favor.

É óbvio e está explícita a nossa posição no sentido de que possa haver depois o regime de urgência para outro projeto mais importante: exatamente o que trata da situação das distribuidoras da ELETROBRAS, que hoje, perigosamente, podem entrar num regime de insolvência, o que faria com que abdicássemos desse valioso patrimônio nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, continuamos denunciando essa manobra regimental. Não vemos legalidade no requerimento feito. Somando aqui o número de Deputados dos partidos que assinaram, não há 50% mais 1. Pela soma que fazemos aqui do número de Deputados que assinaram o requerimento à época e dos subscritores do requerimento atual, mesmo considerando os quatro partidos, não há número suficiente.

E não podemos admitir que se aprove a urgência para um projeto que pretende privatizar uma parte do setor elétrico brasileiro — e isso com apenas metade do número de Deputados necessário para se aprovar uma urgência.



Hoje são 81 Parlamentares pertencentes aos partidos signatários. Na época, o número deveria ser de 93 Deputados. Nós não temos legalidade para o requerimento atual; não temos metade mais 1, considerando os subscritores.

Portanto, o requerimento em pauta não tem validade, Presidente, para pretender a retirada do requerimento feito em 1999.

Não há legalidade, basta somar...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL está em obstrução.

Nós entendemos o que está acontecendo aqui: trata-se de uma manobra — e é uma manobra ilegal e imoral. Nós não podemos admitir isso! O que está acontecendo é que houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal, do Ministro Lewandowski, exigindo que a privatização passe pelo Legislativo. E isso gerou uma imensa crise na Bolsa de Valores, porque o Moreira Franco já estava querendo bater o martelinho da privatização e foi interrompido.

Estão desesperados para fazer caixa, entregando o patrimônio público brasileiro, com apenas 120 ou 130 votos aqui. Isso é um escárnio! Isso é uma vergonha!

O PSOL não pode concordar com tal matéria. Isso aqui deveria merecer o repúdio do povo brasileiro. Querem entregar o patrimônio público a preço de banana.

Estamos em obstrução e pedimos que todos entrem em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Oposição?



**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Oposição vem a público denunciar a manobra que está em curso ao se tentar aprovar a urgência para um projeto que a maioria desta Casa não quer.

A maioria desta Casa não votará a urgência para um projeto que pretende privatizar as distribuidoras. E aí o que fazem estes que estão nesse Governo que está aos frangalhos, estes que estão rastejando para o capital internacional? Simplesmente impõem uma manobra para que uma maioria simples possa aprovar a urgência para a venda de um patrimônio que é do povo brasileiro.

Ora, Sr. Presidente, em maio, V.Exa. mesmo disse que, quando a urgência é aprovada, ela passa a ser uma urgência da Câmara, e não dos seus autores. Portanto, no mínimo, nós deveríamos ter nesse projeto o quórum qualificado de 257 Deputados. Seria a maioria a estar...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, quero encaminhar pelo PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como encaminha o PT?

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós entendemos...

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB está em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PCdoB está em obstrução.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** - ...que esta é uma manobra regimental para acelerar o processo com uma minoria de Parlamentares.





Então, em uma matéria com essa complexidade, que envolve o setor elétrico brasileiro, uma minoria aqui quer vender o patrimônio público e está fazendo uma manobra regimental, exatamente para que a minoria decida pela maioria.

Nós somos contra essa manobra e, por isso, vamos buscar obstruir, para não dar legitimidade a essa decisão, Sr. Presidente.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria orienta “obstrução” também.

**O SR. CELSO MALDANER** (MDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas para justificar: eu estava me submetendo a um procedimento médico e, portanto, na votação anterior, votei com o MDB.

**O SR. MARCOS MONTES** (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Marcos Montes, na votação anterior, também votou com o partido.

**O SR. STEFANO AGUIAR** (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Stefano Aguiar também votou com o partido, o PSD.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado André Amaral.

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (Bloco/PROS-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última semana, protocolei nesta Casa o Projeto de Lei nº 10.495, de 2018, que veda a concessão de crédito pelo BNDES para financiar a execução de projetos no exterior.

Se o BNDES fosse criado para financiar a execução de projetos no exterior, ele não seria um banco nacional e muito menos de desenvolvimento social.



Outro dia tivemos aqui na Casa que votar matéria para que o Governo Federal pudesse cobrir calote de outro país que recebeu financiamento do BNDES.

O povo brasileiro não merece pagar essas contas. Essas obras estruturantes que foram feitas fora do Brasil têm que ser feitas aqui.

Preocupado com isso é que apresentei aqui na nossa Casa esse projeto de lei, que vai fazer com que os investimentos do BNDES sejam feitos no Brasil.

Eram esses os meus esclarecimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Caetano.  
(Pausa.)

**A SRA. ERIKA KOKAY** - Questão de ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Um minutinho, Deputada. O Deputado Caetano pediu a palavra antes.

Tem a palavra o Deputado Caetano.

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na sessão anterior, acompanhei o partido. Realmente o avião atrasou, e nós chegamos atrasados aqui. Então registro que acompanhei a orientação do partido na sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está ótimo.

**A SRA. ERIKA KOKAY** - Questão de ordem.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, da mesma forma, registro que votei com o meu partido. Houve problemas de atraso no voo. Boa parte da bancada da Bahia estava nesse voo adiado.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Erika Kokay para a questão de ordem.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, faço a questão de ordem com base no art. 156 do Regimento Interno, que diz:

*Art. 156. A retirada do requerimento de urgência, bem como a extinção do regime de urgência, atenderá às regras contidas no art. 104.*

O que diz o art. 104? Que nós precisamos, para retirar uma proposição, da desistência ou da manifesta opinião de 50% mais 1. E com o que nós estamos lidando agora? Com uma urgência que não é mais dos seus autores originários, é uma urgência desta Casa.

Aqui eu me reporto literalmente ao que disse o Presidente desta Casa, o Deputado Rodrigo Maia, quando foi inquirido sobre uma questão de ordem. Ele dizia: *“Essa matéria já tinha sido aprovada na Câmara dos Deputados, ela já não é mais uma matéria do Governo. Aprovada, ela passou a ser matéria da Câmara dos Deputados”*.

Ora nós estamos aqui discutindo a retirada, a extinção de uma urgência já aprovada por esta Casa. Portanto, ela tem como autora a própria Casa, a própria Câmara.

Como é possível admitir que nós tenhamos a extinção de uma urgência, que é matéria desta Casa, aprovada, senão pela maioria absoluta dos Parlamentares, por 50% mais 1? A que nível chega esta condição de sabujo do capital internacional? A que nível nós chegamos?



Esse é um Governo que não consegue privatizar a LOTEX, um Governo que não consegue e tem que cessar a cessão onerosa se acatar a decisão do TCU. E agora se tenta agradar ao deus mercado numa manobra com uma proposição que não terá a maioria da Casa.

Se se tem a maioria da Casa, vota-se a urgência da privatização das distribuidoras, seguindo o Regimento — mas não! Aqueles que querem entregar as distribuidoras por 50 mil reais cada uma não têm qualquer pudor ou qualquer modéstia de rasgar o Regimento, de aprovar uma urgência, sem a maioria ou sem o aceite de 257 Parlamentares desta Casa.

O que nós estamos vendo aqui é uma manobra tosca, é uma manobra dos que não conseguem a maioria desta Casa e tentam rasgar o Regimento como se donos do País fossem, como se donos das distribuidoras fossem.

Eu me pergunto: e o direito do povo do Nordeste ou do povo do Norte de ter energia nas suas casas? Ele será extinto com a privatização.

Esta é a questão de ordem.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o Deputado Nelson Pellegrino votou com o partido na votação anterior. Chegou atrasado em função do atraso do voo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Qual companhia, Deputado?

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - TAM.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A TAM não atrasa, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Fernando Coelho Filho, por 3 minutos, para contrapor a questão de ordem.



**O SR. FERNANDO COELHO FILHO** (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria trazer algumas informações. É importante a votação desta urgência. Eu sei que o tema é extremamente complexo, divide posições, então algumas informações precisam ser trazidas a este Plenário.

Essas distribuidoras das quais nós estamos falando são as últimas seis em posse do Governo Federal, e elas invariavelmente têm, pelo *ranking* da ANEEL, um dos piores índices de atendimento à população dos seus respectivos Estados. O preço é alto: a população paga por energia cara e por um serviço de baixa qualidade.

O que nós estamos querendo fazer aqui nesta noite é acelerar o processo para dar a esses Estados o direito de terem empresas mais eficientes. Nós temos muitos problemas, inclusive na maioria dos Estados que já têm as suas distribuidoras privatizadas.

Há outra coisa que vale a pena ressaltar. Muitas vezes falam: *“Estão vendendo a distribuição apenas por 50 mil reais”*. Mas se esquecem de dizer que hoje essas empresas, no balanço da ELETROBRAS, têm um patrimônio negativo de 11 bilhões de reais. Elas só estão sendo colocadas à venda por esse valor porque se vai passar para aquele que venha a vencer o leilão também as dívidas.

As dívidas não são poucas, Presidente. Para V.Exa. ter ideia, uma única empresa tem, de fornecimento de combustível, dívida superior a 14 bilhões de reais.

O que nós estamos fazendo aqui é equacionar essa questão do endividamento da empresa e possibilitar que o setor privado faça investimento no setor de distribuição desses Estados.



Àqueles que estão preocupados com a questão do Luz para Todos — esse também é um discurso recorrente, é o que nós ouvimos aqui no plenário — digo que quem paga os programas sociais e o Luz para Todos não é o Governo Federal. O recurso vem da CDE — Conta de Desenvolvimento Energético, é debitado na conta de luz de todos os brasileiros. Todos nós pagamos por esse programa social. E hoje, no Brasil, a maior parte do Luz para Todos é executada por distribuidoras privadas, como é o caso de Mato Grosso, como é o caso do Tocantins, como é o caso da Bahia. E isso vai continuar acontecendo, porque há previsão orçamentária da Conta de Desenvolvimento Energético para continuarmos com os investimentos da área social, sem nenhum tipo de alteração.

Por isso, Presidente, respeitando o contraditório, respeitando aqueles que pensam de forma diferente, nós precisamos fazer isso para levar à população desses seis Estados energia de melhor qualidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito.

**O SR. LEO DE BRITO** (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma absurdo o que está acontecendo. O Governo Federal há muito tempo não consegue votar matérias nesta Casa, inclusive todas as relacionadas à privatização da ELETROBRAS, no caso da transmissão e da geração.

Como prêmio de consolação, agora querem vender as seis distribuidoras. Nós sabemos onde é que estão presentes essas seis distribuidoras: na Região Amazônica, nos Estados do Acre, de Rondônia, de Roraima e do Amazonas, e no Nordeste, nos Estados de Alagoas e do Piauí.



Sabemos que a grande prejudicada nessa privatização, nessa venda indiscriminada, vai ser a população, que vai perder investimento e qualidade e que, sobretudo, vai ter tarifas mais caras, com o setor privado assumindo essas distribuidoras.

Então, nós somos contra essa extinção do...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o que está acontecendo aqui é uma manobra acintosa. Falam das distribuidoras e querem entregá-las. Dizem que, se não as privatizar, vão ter que liquidá-las. Por que não renovar as concessões? Por que não criar uma empresa responsável pelas distribuidoras? Por que penalizar os Estados do Norte? Eles serão penalizados, porque a iniciativa privada, que tem sob seu patamar apenas o lucro, não vai querer levar energia barata para essas comunidades.

O que é mais acintoso é que não há maioria nesta Casa para aprovar essa urgência. E o que faz a Presidência da Casa, como se fosse Luís XIV, mas sem o brilho dele? Tenta manipular o Regimento para que uma maioria simples — talvez 100, 130 Parlamentares — possa cometer esse crime contra a Nação.

É inadmissível o que está acontecendo aqui!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu só fiquei triste porque não tenho o mesmo brilho de Luís XIV, mas quem sabe?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Alessandro Molon.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu submeto a V.Exa. uma questão de ordem, com base no art. 164, inciso II.

*Art. 164. O Presidente da Câmara ou de Comissão, de ofício ou mediante provocação de qualquer Deputado, declarará prejudicada matéria pendente de deliberação:*

.....

*II - em virtude de prejulgamento pelo Plenário ou Comissão, em outra deliberação.*

O Plenário desta Casa já aprovou o regime de urgência para o Projeto de Lei nº 121, de 1999. Portanto, submeter este requerimento de retirada ou de extinção do regime de urgência de algo que a Casa já aprovou é, sem dúvida alguma, matéria prejudicada. O máximo que se poderia fazer seria, aí sim, retirar a matéria de tramitação. Não é o caso. Está sendo criado um requerimento.

Eu confesso a V.Exa. que, nos 8 anos em que estou aqui na Casa, não tinha visto um requerimento desse tipo ser votado. Parece-me uma aberração regimental fazer um requerimento de retirada de urgência, sendo que isso já foi aprovado pelo Plenário da Casa, para facilitar a privatização das distribuidoras da ELETROBRAS.

Em respeito à higidez do Regimento desta Casa e em respeito ao devido processo legislativo a que todos nós temos direito, eu peço que V.Exa. considere prejudicado esse requerimento e que a Casa delibere sobre o PL 121/99. A única maneira de acabar com essa urgência é apreciar o projeto de lei, porém jamais





retirar uma urgência que o Plenário desta Casa já concedeu, numa votação, com quórum qualificado.

Afinal de contas, a todo momento, esta Casa deliberará e voltará atrás, em função dos caprichos de uma eventual maioria, que sequer consegue chegar a 257 Deputados, e de um Governo fraco, frouxo e sem moral, que quer, a todo custo, aprovar a privatização das distribuidoras, sem sequer ter quórum para isso?

Presidente, eu faço um apelo a V.Exa., como guardião do processo legislativo, que deve ser respeitado, e como árbitro, que deve manter a imparcialidade, para que julgue prejudicado esse requerimento e encerre esta votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Zé Geraldo.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção de todos os Parlamentares desta Casa, principalmente das lideranças e do partido de V.Exa., porque, na sexta-feira próxima passada, a Casa Civil, o Governo Temer fez um decreto limitando a liberação a 750 mil reais dos restos a pagar até 2016, exceto os recursos da saúde.

Sr. Presidente, sabemos que há uma demora dos órgãos do Governo Federal — no Pará, por exemplo, a Caixa Econômica, a FUNASA, bem como as Prefeituras — em aprovar um projeto para iniciar obras. Infelizmente, isso acontece. Eu mesmo tenho emendas no Pará há 4 anos e a obra ainda não começou, mas o projeto está em tramitação.

O que o Governo faz? O Governo faz um decreto estabelecendo a data até 30 de junho, mas nós conseguimos uma prorrogação, que é um bom tempo, até 30 de dezembro. Acontece que ele estabeleceu o limite de até 750 mil. Então, faltando 10



dias, 30 dias praticamente para o recurso ser aprovado pela Caixa Econômica ou por outro órgão qualquer, inclusive a Prefeitura já gastou recurso e investiu capital técnico, o recurso poderá não ser liberado.

Eu queria fazer um apelo a todos os Líderes para que a Casa Civil possa rever o teor desse decreto e não colocar limite, afinal de contas são emendas parlamentares, são emendas impositivas transformadas em projetos que vão beneficiar a população.

**O SR. LEO DE BRITO** (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Leo de Brito votou com o partido nas votações anteriores.

**O SR. VICENTINHO** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Vicentinho votou com o partido na última votação.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, senhoras e senhores, essa tentativa de atropelar o Regimento para privatizar a qualquer custo as distribuidoras da ELETROBRAS cheira mal. Assim como cheira mal a contratação que foi feita pelo Presidente da ELETROBRAS de uma empresa de comunicação para falar mal da ELETROBRAS e dos seus trabalhadores, facilitando o processo de privatização.

O Governo não pode querer, através do Presidente da Casa e do Relator dessas matérias, votar a qualquer custo, passando por cima de qualquer respeito ao Regimento e à legislação vigente. Só existe um caminho possível para essa deliberação, que é fazer com que esse requerimento não seja apreciado.

O Sr. Deputado Aleluia, Relator do Projeto de Privatização, estava, junto com o partido a que pertence — que é também o partido de V.Exa., Presidente —, negociando diretoria na ELETROBRAS exatamente com poder de barganha, para



tentar fazer com que o Governo atenda as solicitações do partido de V.Exas. para ter mais influência no processo de privatização e de desmonte da empresa.

Os trabalhadores estão reagindo, e nós reagimos também aqui, nesta sessão plenária, contra essa arbitrariedade que está sendo cometida. Não aceitamos!

**O SR. CELSO PANSERA** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, não dá para entender essa sanha, essa sede, essa insistência em querer vender o setor elétrico brasileiro, essa necessidade de um governo que não tem legitimidade do voto nem da opinião pública em insistir em entregar o patrimônio do povo brasileiro.

Essa insistência em votar uma urgência depois de ter sido derrotada a tramitação do projeto que entregava todo o Sistema TELEBRAS, essa partição, essa persistência como se não houvesse amanhã é típica de um governo que sabe que, depois das eleições, não vai conseguir mais entregar o patrimônio do povo brasileiro.

Por isso, é importante não aprovar essa urgência e, principalmente, resistir, mais uma vez, à venda do patrimônio nacional.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado André Figueiredo, pela Liderança do PDT, antes de encerrarmos a votação.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito nos assusta estarmos em breve votando aqui o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias e vermos o grande descaso que o atual Governo demonstra com a área de ciência e tecnologia.

Meu amigo e ex-Ministro Celso Pansera, o orçamento que foi destinado em 2018 para essa área — a LOA que nós aprovamos aqui — já significou menos da metade do que esta Casa aprovou em 2010, em valores atualizados.

Comparativamente com o que nós aprovamos em 2017, relacionado a 2018, nós tínhamos na LDO de 2018, em Prioridades e Metas, 37 projetos apoiados na rubrica de fomento para P&D, pesquisa e desenvolvimento, e 3.913 projetos na rubrica mais genérica. Para este ano, na LDO que nós iremos votar aqui, são só 2 projetos nas áreas mais básicas e estratégicas e míseros 98 projetos na área genérica.

O que esperar de um país que aposta em 2 projetos para o ano de 2019? Absolutamente nada de ciência e tecnologia.

E não precisamos ir muito longe. O orçamento do CNPq em 2017 foi menos da metade que o de 2013, 2014. E o orçamento que havia também em 2014 para a área de pesquisa, que ultrapassou 600 milhões de reais, hoje é praticamente nulo.

O que isso acarreta? O fim da possibilidade de termos um país que não dependa exclusivamente da exportação de *commodities*; o fim da possibilidade de retermos os nossos cientistas ou de, pelo menos, propiciarmos a eles a probabilidade de utilizarem laboratórios de grande conotação mundial, como a



RENAFAE — Rede Nacional de Física de Altas Energias, que teve o seu orçamento dizimado para 2018, que a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara conseguiu com esforço recompor, mas o Governo Federal, ao tomar conhecimento disso, simplesmente direcionou esses recursos para outras finalidades.

Poderíamos também falar, Ministro Celso Pansera, do laboratório de Petrópolis. O supercomputador do Laboratório Nacional de Computação Científica, por falta de recursos para pagar energia, está prestes a ser desligado.

Sinceramente, um país que não investe em seus cérebros, um país que não adota uma política de ciência e tecnologia que seja sustentável, que dê incentivos para que os nossos cientistas não migrem para outros países, está fadado a simplesmente voltar a ser uma colônia de países que têm visão e investem maciçamente nesse segmento.

Cabe a esta Casa, cabe a todos nós Parlamentares, não apenas aos que estão na Comissão de Ciência e Tecnologia, apostarmos claramente numa reversão. Não acredito que, com este atual Governo, possamos pensar que avançaremos em qualquer coisa. Mas que os nossos pré-candidatos à Presidência façam isso. Aliás, o pré-candidato Ciro Gomes do nosso partido, o PDT, já deixou muito claro a prioridade que dará a esse segmento, porque o Brasil não se desenvolverá se não investir na área de ciência e tecnologia.

Por fim, quero ressaltar que essa falta de recursos hoje já afeta diretamente inclusive fundações de amparo à pesquisa no âmbito dos Estados. Lá no Ceará, por exemplo, a FUNCAP — Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, uma das raras experiências exitosas, já ameaça parar suas



---

atividades porque o Governo Federal não repassa os recursos, e, consequentemente, o Governo Estadual não tem como gerar sua contrapartida.

É por isso que temos, cada um de nós, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, de tentar construir uma política de ciência e tecnologia que seja minimamente sustentável e que gere para a atual e para a futura geração de cientistas brasileiros a certeza de que o Brasil tem o maior respeito por esse segmento — com certeza também, não com este Governo. Precisamos investir no futuro do nosso Brasil, e ele necessariamente passa pela ciência e tecnologia.

Obrigado.



**O SR. MIRO TEIXEIRA** (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A REDE está em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A REDE está em obstrução.

**O SR. BOHN GASS** - Sr. Presidente, quero falar da façanha...

**O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO** - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um breve registro...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado Bohn Gass está falando, Deputado.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar que toda vez que se quer fazer uma entrega, uma privatização, principalmente desse setor elétrico, três mentiras são ditas.

A primeira é que vai dar dinheiro para o Governo. O Governo está torrando dinheiro. Ele está acabando até com o Fundo Soberano e vai vender a preço de banana. Então, isso não é verdadeiro.

A segunda mentira que se diz é que isso vai promover eficiência. Sabe-se que, com a eficiência deles, houve até apagão. No tempo de Fernando Henrique Cardoso, com a eficiência deles, houve até apagão.

E a terceira grande mentira é que o custo da tarifa para o consumidor vai baixar. Mas é uma baita de uma mentira! Até a passagem de avião, quando começaram a cobrar pelas malas, aumentou. E disseram que o preço da passagem iria abaixar.

O Governo está mentindo. Ele está mentindo e enganando o povo.

Por isso nós somos contra a preferência para a venda desse patrimônio público.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 237;

NÃO: 27;

ABSTENÇÃO: 4.

O REQUERIMENTO FOI APROVADO.





---

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há sobre a mesa o seguinte requerimento:

*Sr. Presidente,*

*Com base no art. 154 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 10.332, de 2018, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que cria a Conta de Desenvolvimento Energético, a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos sistemas isolados, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.*

*Sala das Sessões, em 3 de julho de 2018.*



---

*O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Orientação de bancada.

Deputado Chico Alencar, V.Exa. usará o tempo de Líder?

**O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO** - Prezado Presidente Manato, peço para falar por 1 minuto após o Deputado Chico Alencar.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar, pela Liderança do PSOL.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, servidores, todos que acompanham esta sessão chata... É chata porque obstrução, para quem está fora do nosso mundinho aqui, deve ser uma coisa terrível, pior do que jogo cujo resultado é 0 a 0.

A matéria em si, então — a obstrução tem razões grandiosas, pela soberania nacional e pelo interesse público —, é absolutamente incompreensível. O que tem a ver o impedimento de reprodução e importação de pit bull e de rottweiler com a venda de subsidiárias da ELETROBRAS? O que a ver cães que ladram e mordem, terríveis, ferozes, com a entrega do pré-sal brasileiro? Por isso estamos em obstrução.

Por isso o Governo faz uma manobra esdrúxula. Não vou dizer que é uma cachorrada porque eu não gosto de usar esses termos pouco polidos aqui.



O Governo quer tirar a urgência de um projeto para liberar a pauta e poder fazer com que seus objetivos de entrega do patrimônio tramitem com mais celeridade aqui na Casa. Vejam o que é o Parlamento!

Isso aprofunda algo que nos ronda a todos. Qual é o espectro que ronda as eleições brasileiras daqui a 12 semanas apenas? O do desencanto, o do desinteresse, o da abstenção ou o da possibilidade de aqueles que, ainda com medo da multinha pelo não comparecimento, já que o voto é obrigatório, chegando à urna, resolverem dizer: *“Não quero ninguém. Que se vayan todos! Ninguém presta. Todo mundo é igual”*.

Esse é um grave erro, você que nos assiste com algum interesse heroico e cidadão. Não são todos iguais. Aqui há disputa de projetos, de visões e de práticas políticas. Aqui há quem acha que governar é lotear cargos em empresas públicas importantes. Aqui há aqueles que acham que a Agência Nacional de Saúde tem que estar a serviço das empresas de saúde, com alguns de seus diretores indicados pelo Senador A e pelo Deputado B. Isso apequena o interesse público.

Mas, na medida em que nós continuamos com esses expedientes, a descrença aumenta. E separar o joio do trigo será ainda mais difícil.

É hora de reproclamarmos a República.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO** - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto, por gentileza.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente, gostaria de fazer um breve registro.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PP-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, questão de ordem tem precedência.

Presidente, eu quero formular a V.Exa. uma questão de ordem. Para se aprovar uma urgência é preciso que haja 257 votos a favor da urgência. Do contrário, ela não está aprovada. O requerimento não está perdido, ele pode ser recolocado posteriormente. Para retirada da urgência, tem que haver no mínimo 257 votos.

Sr. Presidente, se para a urgência são necessários 257 votos, para retirar a urgência precisa-se também de 257 votos. O que pode mais, pode menos.

Portanto, Sr. Presidente, a questão de ordem é a seguinte: o requerimento anterior não pode ser considerado aprovado porque não teve 257 votos. Para apresentação, teria que ter aquele número que foi dito pelo Presidente que comandava os trabalhos, mas, para aprovação, havia a necessidade... Se para a urgência são necessários 257 votos, para se retirar a urgência também são necessários os mesmos 257 votos.

Esta é a questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Regimentalmente, estou recolhendo a questão de ordem de V.Exa.



Como orienta o PP?

**O SR. JULIO LOPES** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP orienta o voto “sim” e pede a toda a base que vote “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como vota o PT?

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Eu queria pedir a palavra pela Liderança da Minoria, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Chegou o documento? Chegou.

Podemos orientar mais um pouco ou V.Exa. quer falar logo?

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - Sr. Presidente, não vai haver a defesa do requerimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - É pelo PT ou pela Minoria? V.Exa. fala pela Minoria.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - Primeiro, tem que haver a defesa do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deixe-me seguir a ordem. Depois, concederei a palavra.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - Sr. Presidente, pela ordem. Tem que haver a defesa do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Não entendi, Deputado.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - Sr. Presidente, tem que haver a defesa do requerimento. V.Exa. não pode colocá-lo em votação sem que haja a defesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - O PT orienta...

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - Não, é a defesa, primeiro. Primeiro, a defesa.



**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Discussão de quem é a favor, de quem é contra...

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - Depois é a orientação.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - V.Exa. pode falar contra e seguir a orientação.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - Encaminhamento contra e a favor; depois, a orientação.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Está bom, está ótimo.

**O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO** - Sr. Presidente, quero orientar pelo PTB/PROS, por gentileza.

**O SR. HERCULANO PASSOS** (MDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Herculano Passos votou com o partido na votação anterior.

**O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO** (Bloco/PROS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB/PROS orienta o voto "sim".

Eu gostaria de aproveitar este tempo de 1 minuto para fazer um registro triste. O povo pernambucano está de luto pelo falecimento de Guilherme Uchoa, Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Guilherme Uchoa teve seis mandatos de Deputado Estadual e estava à frente da Presidência durante os últimos 12 anos. Foi um político muito querido pelo povo nordestino, por todos os pernambucanos, porque ajudou bastante as gestões exitosas do ex-Governador Eduardo Campos. Ele deixou dois filhos.



Portanto, deixará sem dúvida alguma grande lacuna na política pernambucana. Ele foi professor, escrivão de polícia, juiz de direito, desembargador eleitoral e também Deputado Estadual durante seis mandatos consecutivos.

O povo de Pernambuco está de luto.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo orienta o voto “sim” e pede aos partidos da base que também orientem o voto “sim”.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - Sr. Presidente, V.Exa. tem que fazer primeiro a orientação, depois a votação. V.Exa. está atropelando...

**O SR. LEO DE BRITO** - Sr. Presidente, a defesa, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - V.Exa. está nervoso? Calma!

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - Não estou nervoso, não!

V.Exa. está simplesmente descumprindo...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Vamos seguir. O Deputado Leo de Brito vai falar por 4 minutos.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - A orientação é depois. Como é que podemos orientar antes da defesa?

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - O Deputado Leo de Brito vai falar por 4 minutos.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, retomando, orientamos o voto “sim”.

Solicitamos aos demais partidos da base que também orientem o voto “sim” e que, se possível, seja mantido o mesmo procedimento adotado na outra urgência, para orientar a base para o Plenário.



**A SRA. DULCE MIRANDA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - É para justificar, Deputada?

**A SRA. DULCE MIRANDA** (MDB-TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -

Sr. Presidente, na última votação eu votei como partido.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado Leo, V.Exa. dispõe de 3 minutos e de mais 1 minuto para fazer a orientação. *(Pausa.)*

Quem vai fazer a orientação pelo partido?

**O SR. LEO DE BRITO** - O Deputado Nelson Pellegrino.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Pellegrino.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - Presidente, eu acho que tem de haver primeiro a manifestação contrária e a favorável. Depois disso é que deve haver a orientação. Não podemos subverter o Regimento. Como eu posso fazer a orientação, se nem sei que tema está sendo debatido? A defesa e o contraditório são feitos para esclarecer o Plenário sobre o que está sendo debatido. Depois é que as Lideranças orientam. Não pode haver subversão.

Então, V.Exa. tem que conceder a palavra ao Deputado Leo de Brito e, depois, a quem for fazer a contraposição. Após isso, os Líderes poderão orientar suas bancadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Como orienta o PT?

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - O PT vai orientar depois, de acordo com o Regimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Não, depois V.Exa. não vai orientar. Oriente agora.





**O SR. LEO DE BRITO** - Regimentalmente, é preciso fazer a defesa antes da orientação.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a base aliada vota “sim”.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ainda não foi registrada a orientação do Governo, o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado Leo de Brito, V.Exa. dispõe do tempo regimental.

**O SR. LEO DE BRITO** (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro eu lamento profundamente a manobra que foi feita nesta noite para que este requerimento de urgência seja votado só por maioria simples. O Governo já vem tentando várias vezes votar a urgência para que este projeto de lei entre em pauta, e o Governo não teve coragem sequer de votá-lo, porque não tinha votos, não tinha os 257 votos do Plenário para aprovar esta urgência.

Aliás, diga-se de passagem que o Governo vem sendo derrotado sistematicamente quanto a este assunto. Ele previa que iria fazer no final do ano passado o leilão das distribuidoras de energia de seis Estados: Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Piauí e Alagoas. Não conseguiu fazê-lo. Previa que iria fazer o leilão agora no mês de maio, e não conseguiu. Inventou então este projeto de lei, que gera equilíbrio econômico-financeiro. Nós queremos que exista equilíbrio econômico-financeiro, mas não por meio dessa venda a preço de banana, a 50 mil reais, que é o preço de um carro usado! As distribuidoras são patrimônio do povo



brasileiro, são patrimônio desses Estados, Estados que são da Região Amazônica, Estados que são da Região Nordeste. Precisam de uma boa distribuição de energia. Precisam olhar para a população, fortalecer programas que a incluam no que diz respeito a distribuição de energia.

O Governo está usando esta matéria, depois de ter sido derrotado nos projetos de lei sobre privatização da *holding* ELETROBRAS relativamente a geração e transmissão, porque agora quer um prêmio de consolação. Qual é o prêmio de consolação? Conseguir privatizar as seis distribuidoras.

Eles vêm aqui usar o seguinte discurso: *“Não, os trabalhadores não vão ser prejudicados com a privatização das distribuidoras”*. É mentira! Basta olhar o que aconteceu com a recente privatização da distribuidora no Estado de Goiás: aumento dos acidentes de trabalho, demissão e precarização dos trabalhadores.

Eles dizem que, com essa privatização das distribuidoras, não vai haver aumento nas tarifas de energia. Isso é mentira! Vejam mais uma vez o exemplo de Goiás, onde houve aumento das tarifas de energia, aumento que, inclusive, ficou acima da inflação.

Então, está muito claro que os investimentos vão ser reduzidos e que a qualidade dos serviços vai diminuir caso assumam esse serviço empresas privadas, que só querem lucro.

Deputado Glauber, Deputado Zé Geraldo, que é do Pará, eu fico imaginando os Municípios da Amazônia aos quais só se chega de barco, só se chega de avião, Municípios que têm poucos habitantes. Deputado Edmilson Rodrigues, como vão ficar os investimentos? Como o setor privado, que quer lucro, vai investir nesses Municípios e vai dar conta da manutenção das redes? Isso não vai acontecer. Essas



peessoas vão ficar, literalmente, ao relento. Os serviços de energia vão ser prejudicados. As tarifas vão aumentar.

O Governo vai ser derrotado mais uma vez nesta Casa hoje à noite. Depois de ter sido derrotado em relação aos outros projetos, ele será derrotado em relação a este também, porque cada Deputado aqui não vai deixar que isso aconteça. O Governo está sendo derrotado, como o foi no STF, que proibiu o feirão iniciado pelo Seu Pedro Parente em relação às estatais — ativos da PETROBRAS e de outras estatais estavam sendo vendidos a toque de caixa.

Nós não vamos permitir que o Governo vença, aprove este absurdo, a venda a preço de banana de distribuidoras de energia.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, retire o “sim” do PR.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Para falar pela Liderança da Minoria, tem a palavra o Deputado Henrique Fontana.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, primeiro, é importante enfatizar que o que está sendo debatido aqui neste momento é se o Brasil vai dar o primeiro e decisivo passo para privatizar o Sistema ELETROBRAS ou não.

Essa disputa toda aqui ocorre em meio a manobra regimental urdida por aqueles que querem vender a ELETROBRAS. Eu vou explicar rapidamente a manobra, mas antes vou esclarecer a opinião pública do País, Deputado Danilo, a respeito do que se está tentando fazer aqui. Faz-se manobra regimental, Deputado Tadeu, para se garantir que, com 130 votos, por exemplo, em um Parlamento de 513 Deputados, seja possível abrir a avenida da privatização de todo o Sistema ELETROBRAS em nosso País. Eu falo das distribuidoras e da ELETROBRAS como um todo, Deputado Pellegrino. Eles querem resolver a questão das distribuidoras porque querem vender a ELETROBRAS separando só o filé *mignon* da privatização do sistema elétrico nacional.

É importante recapitular que o Governo ilegítimo de Temer, um Governo desmoralizado, que tem o apoio de 3% ou 4% do povo brasileiro, quer fazer uma espécie de fim de feira nestes poucos meses que lhe restam. Estamos a 90 dias de escolher um Presidente da República que tenha legitimidade para governar o nosso País, e eles querem entregar, na bacia das almas, o Sistema ELETROBRAS, querem vender as refinarias da PETROBRAS.



Há poucos dias, o Ministro Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, decidiu, a bom tempo, que não se pode vender patrimônio nacional, transferir o controle acionário de empresas públicas sem autorização legislativa.

Aliás, deveria haver, em casos como esse, a necessidade de autorização direta do povo, como acontece no Uruguai, onde se tem que fazer um plebiscito para se vender uma PETROBRAS, para se vender uma ELETROBRAS.

Essa venda jamais será aprovada pelo povo brasileiro. As pesquisas são claras. As mesmas pesquisas que dão maioria a Lula para voltar a presidir o País dão maioria larga contra a privatização da PETROBRAS e da ELETROBRAS.

O que o Governo fez? Primeiro, ele mandou a medida provisória para cá. O Parlamento não votou a medida provisória. O Relator era o Deputado Julio Lopes, que colocou uma série de penduricalhos ali. E bota privilégios para o setor privado atuar no setor elétrico! A coisa era tão vergonhosa que a medida provisória caiu. Eles não conseguiram voto na Comissão Mista. O Governo Temer disse então: *“Não, temos que vender o Sistema ELETROBRAS de qualquer maneira”*. E colocou a urgência constitucional. O Parlamento negou e não votou a urgência constitucional.

O Governo Temer, Deputada Erundina, do alto de toda a sua ilegitimidade, disse: *“Vou vender de qualquer maneira o Sistema ELETROBRAS”*. Aliás, eles queriam vender as refinarias da PETROBRAS diretamente, fazer um negócio de balcão. O cara ia lá, conversava com Pedro Parente, fazia uma reuniãozinha com Padilha, outra com Moreira Franco e dizia: *“Olha, esta refinaria aqui vamos negociar por tanto. E a gente entrega para vocês”*. A coisa é uma vergonha sem tamanho! É algo tão vergonhoso que não nos dá tempo de dimensionar tudo neste Parlamento.



Eles tentaram votar a urgência, e sempre se votou assim. O Deputado Arnaldo Faria de Sá, o Deputado Alessandro Molon e outros que usaram a palavra disseram que sempre teve que haver 257 votos para se votar uma urgência gravíssima como esta, uma urgência constitucional, uma urgência com que se quer vender todo o sistema elétrico brasileiro. Este projeto é a antessala da venda de todo o sistema elétrico brasileiro.

Não conseguem os 257 votos. O Governo se reúne então com o Presidente Rodrigo Maia e monta uma manobra. Esta é quase uma piada, mas eu tenho que contar isso desta tribuna! Sabe como é a manobra, Deputado Wadih? Havia urgência para se analisar questão sobre os cachorros da raça pit bull. As pessoas em casa talvez achem que isso é brincadeira. Não, é sério o que eu estou falando! Havia urgência para se analisar um projeto a respeito dos cachorros da raça pit bull. Eles inventaram então uma manobra: *“Vamos votar contra a urgência do projeto sobre os pit bulls e possibilitar que se aprove com 130 votos a urgência do projeto que abre as portas para a privatização do sistema elétrico brasileiro”*.

É uma vergonha o que uma parte do Congresso está fazendo com o Brasil! É uma vergonha que um cara como Temer continue com a caneta de Presidente do Brasil, com as malas de dinheiro que circulam para cá e para lá, com as gravações no porão do Palácio, vendendo, na bacia das almas, o patrimônio dos brasileiros, fazendo feira livre para realizar os seus negócios nos últimos 3 meses de Governo que ele tem.

Eu quero conclamar este Plenário. Depois desta urgência, eles querem voltar para aquela da cessão onerosa, que entrega o petróleo de um dos lugares mais rentáveis do pré-sal brasileiro. Se o petróleo todo que ali está fosse explorado no



sistema previsto durante os Governos Lula e Dilma, só com esse da cessão onerosa, o Brasil ganharia mais de 2 trilhões e 400 bilhões de reais.

Eles querem, Deputado Manato, entregar isso a menos de um quarto desse valor para a Shell, para a Exxon, aquelas mesmas com as quais Serra fazia combinações, conforme aqueles telegramas que a WikiLeaks vazou: *“Deixe o pessoal do Governo Lula fazer a mudança do pré-sal. Depois eu ganho a eleição e mudo tudo isso”*.

A vergonha não tem limite. Este projeto, esta urgência e esta manobra têm que ser rejeitados por este Parlamento!

Povo brasileiro, vamos pressionar e marcar com clareza quem são os Deputados que estão entregando o Sistema ELETROBRAS e quem são os Deputados que estão entregando o pré-sal brasileiro.

Nós vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance. Vamos obstruir, vamos usar a tribuna, vamos denunciar, porque o Brasil tem eleições em 90 dias e é o povo brasileiro que tem de decidir se quer vender a PETROBRAS ou se quer mantê-la pública, se quer vender a ELETROBRAS ou se quer mantê-la pública. A maioria diz com clareza que quer mantê-las públicas.

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. JHC, 3º Secretário.*



---

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - Presidente, vamos encerrar a sessão da Câmara para começarmos a sessão do Congresso. O Senador Eunício Oliveira está aí. Já são 20h30min.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Perfeito.

**O SR. ORLANDO SILVA** - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar pelo PCdoB.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - O Deputado Orlando Silva tem a palavra para orientar pelo PCdoB.

**O SR. ORLANDO SILVA** - Sr. Presidente, eu quero acrescentar o meu tempo de Líder do PCdoB, por favor.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Pois não, Deputado.

**O SR. VICENTE CANDIDO** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Vicente Candido votou conforme a orientação do partido nas votações anteriores.

**O SR. ALEX CANZIANI** - Sr. Presidente, eu havia solicitado a palavra pela Liderança do PTB.





**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Para falar como Líder, tem a palavra o Deputado Orlando Silva.

**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é de fato muito importante que o Plenário da Câmara atente para o que vai ser votado neste momento, que é muito mais do que um simples requerimento de urgência relativo a um projeto de lei que vai autorizar a privatização de algumas companhias, de algumas distribuidoras de seis Estados da Federação.

Não vou nem entrar no mérito da manobra feita anteriormente pela Mesa, que empobrece o debate político, a condução política do Parlamento brasileiro, porque expõe as fragilidades desta Casa, que fica subordinada a toda sorte de manobra para que o Governo atenda os objetivos que persegue de desmonte do Estado nacional.

Alerto todos os Deputados e Deputadas: o que votaremos agora é, na verdade, a *avant-première* da privatização da ELETROBRAS, pretendida pelo Governo Temer há meses, como parte do desmonte operado no Estado nacional por seu Governo.

O Estado brasileiro, como o Estado nacional de qualquer país do mundo, tem um papel-chave para alavancar o desenvolvimento econômico do País. Em momentos de crise, como o que vive hoje o Brasil e o mundo, o Estado tem papel-chave para induzir o desenvolvimento nacional.

Uma empresa como a ELETROBRAS, com a capacidade instalada que possui, é fundamental para que o Brasil possa alcançar um patamar superior de desenvolvimento. Liquidar a ELETROBRAS, assim como desejam, no limite, liquidar



o polo público bancário — Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal — ou mesmo a PETROBRAS e outras empresas estatais estratégicas, significa renunciar à possibilidade de o Brasil afirmar um projeto de nação.

Este é o debate que o Plenário da Câmara dos Deputados deveria realizar. Que opção o Brasil fará? Tomará o rumo de um país desenvolvido, que supere inclusive as desigualdades regionais, ou o de um país subordinado à lógica privada *stricto sensu*?

A política de preços da PETROBRAS que levou à explosão do preço do gás de cozinha, do *diesel*, da gasolina é a melhor forma de exemplificar o que se passa com a empresa estatal que se subordina ao interesse privado, aos acionistas de Nova York. A PETROBRAS hoje está de costas para o interesse nacional.

O que se pretende com a votação deste requerimento, que vai abrir caminho para a privatização da ELETROBRAS, é fazer na ELETROBRAS esta operação, a de subordiná-la ao interesse privatista. E o mais grave é que essa operação é feita por um Governo sem qualquer legitimidade, sem nenhuma legitimidade, um Governo que tenta, no apagar das luzes, liquidar uma empresa fundamental para o Brasil, para pagar a conta do custeio ou para pagar outras despesas que o sustentem no poder. Isso é mais grave, muito mais grave.

Por isso, eu denuncio ao Brasil, eu denuncio a este Plenário que esta votação é a *avant-première*, é o primeiro passo para alcançar o objetivo pretendido de enfraquecer a ELETROBRAS. Não se trata de buscar que essa empresa tenha uma vida saudável, como se tenta propagandear. Longe disso! Longe disso! Busca-se criar as condições de, liquidadas essas distribuidoras, ser mais atraente o Sistema ELETROBRAS. Esse é o objetivo real da proposta que nós vamos votar nesta noite.



Por isso, para aqueles que defendem o Brasil, para aqueles que acreditam que a nossa Nação pode ir adiante, para aqueles que acreditam que podemos ter um País desenvolvido, para aqueles que acreditam que o Estado nacional tem um papel no desenvolvimento do Brasil, para aqueles que acreditam que é possível retomar o desenvolvimento e fazer o Brasil voltar para os trilhos, nós temos que derrotar este requerimento. A derrota deste requerimento vai demonstrar que é possível impedir a privatização da ELETROBRAS e defender o patrimônio nacional, que é defender, no limite, o interesse do povo, o interesse do Brasil.

Essa é a posição do PCdoB.

*O Sr. JHC, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.*



---

**O SR. ALEX CANZIANI** - Sr. Presidente, quero falar pela Liderança do PTB.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Presidente, quero encaminhar pela Oposição.

**O SR. RICARDO BARROS** (Bloco/PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Ricardo Barros votou com o partido.

**O SR. JOÃO ARRUDA** (MDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado João Arruda votou com o partido nas últimas votações.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado Alex Canziani tem a palavra para falar pela Liderança do PTB.

**O SR. ALEX CANZIANI** (Bloco/PTB-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, ontem tivemos o privilégio de receber no Paraná o Ministro da Educação, Rossieli Soares. Lá ele realizou uma série de ações importantes para a educação do nosso Estado.

Inicialmente, ele esteve na cidade de Londrina, onde realizou duas ações da maior importância. Primeiro, com o Reitor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, os diretores dos *campi* de Londrina e Cornélio Procopio, o Prefeito de Londrina, Marcelo Belinati, e também o Prefeito de Cornélio Procopio, Amin Hannouche, o Ministro liberou 2 milhões de reais, 1 milhão para cada *campus* da nossa Universidade Tecnológica Federal.

Segundo, ele realizou uma ação diferenciada. Há um consórcio no Estado chamado CODINORP, o Consórcio de Desenvolvimento e Inovação do Norte do Paraná, que reúne dez Municípios, Deputado Bohn Gass. Esses dez Municípios escolheram um Secretário Regional de Educação, que está fazendo um trabalho diferenciado para pensar a educação desses Municípios. Eu quero agradecer ao Ministro, que liberou para esses Municípios 13 ônibus, que vão também ajudar a melhorar a educação nessas cidades.

Esta é uma experiência que nós acreditamos que possa ser um novo modelo, um novo paradigma para a educação brasileira: Municípios se unem para pensar em conjunto soluções para a educação.

Saindo de Londrina, fomos à cidade de Apucarana, onde tivemos a oportunidade, junto com o Reitor Pilatti, junto com o Marcelo, que é o Diretor do



*campus* da Universidade Tecnológica Federal do Paraná naquela cidade, de inaugurar a ampliação do restaurante universitário, bem como um novo bloco de salas e laboratórios. Liberamos mais 1 milhão de reais para aquele *campus*, a fim de que possa desenvolver novas oportunidades para novos laboratórios. O objetivo é melhorar cada vez mais o atendimento ao Município de Apucarana e também àquele *campus*.

Por último, nós estivemos na cidade de Paranavaí, onde pudemos, juntamente com o Reitor Zanatta, do Instituto Federal do Paraná, com o Prefeito Caique, com várias lideranças, com representantes, o Deputado Tião Medeiros, o Deputado Luciano Ducci, inaugurar um belo ginásio de esportes. Fizemos a entrega desse espaço importante não só para o Instituto Federal do Paraná, *campus* de Paranavaí, mas também para a comunidade do Município e da região como um todo.

Finalmente, fomos à cidade de Maringá, onde participamos de um evento na Universidade Estadual de Maringá — UEM com Reitores e representantes dos Reitores das sete universidades estaduais do Paraná. Lá comemoramos a aprovação de uma emenda de bancada, emenda impositiva, em favor dessas universidades. Essa emenda, que teve o apoio de todos os 30 Deputados da bancada, resultou em mais de 23 milhões de reais para as sete universidades estaduais paranaenses. Mais de 3 milhões de reais foram viabilizados para cada uma delas através dessa ação da bancada do Paraná.

Menciono ainda duas emendas, capitaneadas pelo Deputado Osmar Serraglio e pelo Deputado Sergio Souza, voltadas à UEM, ao *campus* de Ivaiporã e ao *campus* de Umuarama.



Sr. Presidente, quero deixar registrado o nosso agradecimento ao Ministro Rossieli. Agradeço ainda ao Deputado Haully, que também esteve conosco em Londrina. Agradeço àqueles Deputados que não puderam estar presentes, mas que mandaram seu abraço ao Ministro.

Parabenizo o Ministro Rossieli pelo grande trabalho que vem fazendo à frente do Ministério da Educação, pela maneira como ele vem conversando com as entidades, com setores da educação como um todo — a educação básica, a educação profissional e tecnológica, a educação superior —, para que possamos viabilizar uma melhor educação para o Brasil inteiro.

Esse foi um dia histórico para a educação no Paraná. Trata-se de Municípios que há muitos anos não recebiam a visita de um Ministro. Londrina teve o privilégio de receber há pouco tempo uma visita do Ministro Mendonça Filho, e Apucarana e também Paranavaí tiveram o apoio...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. ALEX CANZIANI** - Sr. Presidente, para encerrar, eu registro então que o Ministro fez uma importante visita ao Paraná para viabilizar melhores condições para a educação do nosso Estado e do nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Jandira Feghali, pela Liderança.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, vou somar o tempo de encaminhamento ao de Liderança. São 10 minutos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de trazer e esclarecer a este Plenário a nossa preocupação com a manobra regimental, porque muitos ainda não entenderam o que está acontecendo. Vários colegas Parlamentares e pessoas de fora, inclusive jornalistas, me perguntaram o que aconteceu com esta mudança no Regimento que permite a votação de urgência por maioria simples.

Muitos Parlamentares não compreenderam que foi possível — imaginem! — retirar um projeto de 1999, assinado pelo ex-Deputado Cunha Bueno, com o apoio dos ainda partidos PL, PPB e de líderes que já faleceram, não estão mais aqui, e que não podem sequer assinar a retirada da propositura. Eles foram substituídos pelos atuais, que aqui foram somados pela Mesa em número para dar sustentação legal a um requerimento, que nós questionamos em questão de ordem, baseada no art. 104 do Regimento Interno, para permitir que a urgência de tema de tal relevância fosse dada por maioria simples — imagine! —, Deputado Tadeu Alencar.

Nós estamos votando a urgência para um setor estratégico no Brasil, que é parte do setor elétrico, por maioria simples! Ou seja, 130 Deputados de uma Casa de 513 podem permitir a votação de uma privatização, que também poderá ser aprovada por maioria simples, de um setor de distribuição elétrica do Brasil.

Não há mais, temos dito aqui repetidamente, nenhum pudor por parte deste Parlamento. E vejam a contradição: hoje, nas dependências da Câmara dos





Deputados, cinco fundações partidárias — PCdoB, PSB, PDT, PT e PSOL — entregaram ao Parlamento propostas para a criação de uma frente parlamentar pelo desenvolvimento pensado como algo de padrão integrado. Não foi pensado apenas por economistas, mas como um desenvolvimento integrado da economia, dos direitos, da soberania, da geração de emprego, da democratização da comunicação, da emancipação das mulheres, em todas as dimensões em que se pode pensar um plano de desenvolvimento integrado, que hoje é alvo deste Governo.

Nós precisamos fazer com que o Parlamento, em primeiro lugar, volte a respeitar a Constituição brasileira. É muito bom que a sociedade olhe para este Parlamento no momento em que pensamos as eleições. Como desmontar o setor elétrico e pensar o desenvolvimento? Como desmontar uma empresa estratégica como a PETROBRAS e pensar o desenvolvimento? Como sequestrar direitos e pensar o desenvolvimento? Como retroceder nos padrões de civilização e pensar o desenvolvimento? Como não punir o racismo e pensar o desenvolvimento? Como não pensar uma agricultura sustentável, sem agrotóxicos que geram má-formação, câncer, abortos espontâneos, e pensar o desenvolvimento? Como imaginar agências, como ANEEL, ANSS, que trata gente como se trata seguro de carro, com franquias, com aumentos descabidos de coparticipação, tendo o usuário do plano de saúde 60% de participação para pagar pelo tratamento, quando há franquia paga incluindo urgência e emergência? Não há algo mais imprevisível do que urgência e emergência no campo da saúde. Digo isso com a autoridade de quem se formou em Medicina. Como fazer a cobrança de urgência e emergência, 60% e 40% de coparticipação, sem nenhuma base técnica?



Aliás, os analistas, os críticos, os especialistas no campo da saúde complementar já questionam as autorizações da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que tem diretores vinculados aos planos de saúde fiscalizando os próprios planos no Brasil e arrebatando com os direitos dos usuários.

Então, hoje estamos permitindo crimes contra o consumidor, contra os usuários, veneno no prato de comida, destruição de instrumentos estratégicos de desenvolvimento, achando que este Parlamento representa os interesses da Nação, os interesses do povo brasileiro, os interesses das crianças, dos idosos, das mulheres, dos homens, dos negros, dos brancos, dos migrantes. Não estamos fazendo essa representação.

Esse é o problema que estamos vivenciando. E nem sequer a Constituição este Parlamento consegue ter autoridade moral para fazer valer.

Acabo de receber a denúncia de que o Presidente da ELETROBRAS, que se diz engenheiro de segurança, está propondo a precarização da área de segurança e saúde da empresa. Como podemos aceitar que algo, sem nenhuma consulta à sociedade, sem nenhuma discussão prévia, possa ser alterado a 4 meses da saída do Presidente da ELETROBRAS, a 4 meses da mudança de Governo?

Mas desse Governo pode se esperar qualquer coisa. Um Governo que está na margem de erro das pesquisas, ou seja, pode ter zero de aprovação. Talvez seja a única pesquisa crível deste País. Um Governo que só piora a sua credibilidade. Aliás, credibilidade nenhuma! E ainda tem aqui uma base em que alguns têm algum suspiro de capacidade de defesa, porque a base do Governo nem mais o defende, não tem mais coragem. Não vemos mais Líderes fazendo a defesa do Governo Temer dessa tribuna que se coloca à direita do plenário.



É algo absolutamente folclórico no sentido negativo da coisa mais bizarra deste plenário ver que essa base não mais sustenta o Governo e que há lutas internas, intestinas, que se expõem a cada dia, de um Governo que não consegue comandar mais absolutamente nada, numa crise ética, política, financeira, profunda. Um Governo que nega a ciência, que nega a opinião pública, que nega a sociedade, que nega as suas empresas de desenvolvimento, que nega o seu desastre econômico, que nega a moral, a ética pública e que não consegue sequer ter nenhuma pesquisa estacionada. É uma pesquisa em curva descendente de credibilidade.

Aqui ainda se soma a falta de pudor de manobras regimentais no intuito de destruir o pouco que ainda se tem de credibilidade interna, manobras regimentais escancaradas para destruir um setor estratégico da economia brasileira e ainda parte do setor elétrico que se põe em votação neste Congresso, para, em seguida, tentar concluir a votação da cessão onerosa do pré-sal. E a carta de Luiz Inácio Lula da Silva, publicada no *Jornal do Brasil*, foi primorosa, histórica, demarcou claramente o imperialismo norte-americano, demarcou claramente o golpe tucano deste País, demarcou claramente a defesa da PETROBRAS, a inteligência da sua engenharia, dos seus trabalhadores, demarcou claramente a defesa estratégica nacional e soberana que o Brasil deve ter.

Quero parabenizar Luiz Inácio Lula da Silva pela carta, defender mais uma vez a democracia e sua liberdade e fazer mais uma vez um apelo por um mínimo de credibilidade que este Parlamento deve ter em respeito à história que se acumulou neste País, à história que se acumulou pelo povo, pelos trabalhadores dessas estatais, pela engenharia acumulada nessas estatais brasileiras.



Em nome da ELETROBRAS, da PETROBRAS e do que se fez no Brasil nos últimos anos e nas últimas décadas, venho fazer um apelo para que este Parlamento não volte suas espadas para o povo brasileiro, mas que olhe sim de frente para esse povo.



**O SR. MIRO TEIXEIRA** (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a REDE está em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A REDE está em obstrução.

Como vota o PDT? (*Pausa.*)

**A SRA. BRUNNY** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Brunny votou com o partido nas votações anteriores.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PR vota “sim”.

Como vota o PDT?

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, respeitando as divergências, o PDT não se conforma com a desqualificação do procedimento de urgência. A simplificação da urgência para extinguir urgência anterior representa, na figura jurídica, abuso de autoridade.

Nós podemos estar aqui constituindo uma vitória de Pirro. Vamos procurar justiça! Mesmo que tenhamos conhecimento de que o entendimento jurisprudencial é de que a questão regimental se esgota na Casa, em se tratando de abuso de autoridade, há muita possibilidade jurídica de nós desconstituirmos — repito — essa desqualificação do procedimento da urgência, que, através da simplificação, extingue urgência anteriormente constituída.

Por isso, o PDT vai ficar em obstrução, Sr. Presidente.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PR vota “sim”.



---

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL?

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL, obviamente, não aceita esse método. Uma urgência tão importante para a saúde da população, no sentido de evitar cães bravios, acaba por mera manobra, para abrir caminho ao que se propõe agora.

Então, esse tipo de procedimento deslustra o próprio Parlamento. Ele mostra que aqui é meio um campo do vale-tudo.

Li ontem em um jornal que há Deputado, inclusive, doando bens da Casa em nome pessoal, coisa eleitoreira pequeninha. Vamos apurar isso, para ver se é verdade.

Então, nesse caminho, vamos ficar pior do que já está.

Nós estamos em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

**O SR. TADEU ALENCAR** - O PSB quer agregar o tempo de Líder ao de encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PSB poderá agregar.

Como vota o PT? *(Pausa.)*

**O SR. CAETANO** - A Minoria quer encaminhar.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT, Sr. Presidente, considera que a privatização das distribuidoras no Brasil trouxe aumento de tarifa e perda da qualidade dos serviços. Há questionamentos em todos os Estados onde essas empresas foram privatizadas.



O Governo Temer, nesse final de feira, nessa xepa, pretende entregar o patrimônio público e, diante da decisão do Ministro Lewandowski que disse que só se pode desestatizar com autorização legislativa, retoma esse infeliz projeto que, agora, quer-se aprovar aqui atropelando o Regimento da Casa. E digo isso porque, se são necessários 257 votos para aprovar urgência, é também necessário o mesmo quórum mínimo para reverter tal decisão.

Já anunciamos que, se houver esse procedimento, se o Regimento for atropelado, vamos judicializar essa questão, vamos bater na porta do Supremo, para que essa decisão e essa votação sejam anuladas.

Portanto, o PT está em obstrução, contra mais essa entrega de patrimônio público brasileiro, Presidente.

**A SRA. ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, peço para encaminhar pela Oposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Oposição já falou, Deputada.

Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Alencar. *(Pausa.)*

**A SRA. ERIKA KOKAY** - Mas a Oposição quer orientar.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Deputada Jandira Feghali já orientou pela Oposição.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Alencar, pela Liderança do PSB.

**O SR. TADEU ALENCAR** (PSB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero trazer a este Plenário uma reflexão a respeito do grave momento que o Brasil atravessa.

Todos nos lembramos de quando, em 2013, o Brasil foi às ruas sem uma pauta definida, sem um chamamento feito por sindicatos, por confederações, por partidos políticos. O que é certo é que o povo brasileiro foi às ruas há 5 anos para reivindicar basicamente duas coisas que saltaram aos olhos naquelas manifestações: de um lado, um reclamo de ética na política e, de outro lado, a efetividade de políticas públicas que pudessem melhorar a vida da população.

Nesses 5 anos não melhoramos nem na ética republicana, haja vista, todos os dias, os meios de comunicação e a afirmação da institucionalidade virem mostrando uma promiscuidade entre o setor público, o setor privado e agentes públicos, que revelaram não a corrupção como existe em todas as partes do mundo, pontual, mas uma corrupção endêmica, sistêmica, que contaminou as esperanças da cidadania brasileira.

De outra parte, os governos não melhoraram a vida da população afirmando políticas públicas que pudessem melhorar a saúde, a educação, a segurança, o transporte público, enfim, as questões que tocam a vida do povo brasileiro de modo geral. Nesses 5 anos nós vimos recrudescer uma crise econômica que ceifou milhões de empregos, e hoje temos quase 30 milhões de brasileiros em condições de figurarem no mercado de trabalho sem empregos.





Ao mesmo tempo, nos últimos 2 anos nós vimos a vida do povo brasileiro continuar piorando com uma pauta regressiva, em que se quer vender o patrimônio do povo brasileiro, o sistema elétrico, as refinarias da PETROBRAS. Em muito boa hora deve ser saudada neste plenário a decisão do Ministro Ricardo Lewandowski que só autoriza venda do controle acionário de empresas estatais se houver autorização deste Parlamento. Nesse mesmo tempo, esta Casa se vê obrigada a discutir a matéria dos agrotóxicos chamada de PL do Veneno, que é efetivamente uma agressão aos órgãos que têm o dever de cuidar da saúde e da vida dos brasileiros e do meio ambiente.

Ao mesmo tempo, a retirada do conteúdo local desmonta a indústria naval brasileira. No meu Estado, Pernambuco, há dois estaleiros, em que houve investimentos vultosos do poder público federal e estadual, no entanto há ausência de condições de competição. O estaleiro de quarta geração conseguiu modernizar a produção dos navios. Antes se gastavam 4 anos para conseguir fabricar um navio, e hoje, em apenas 18 meses, os estaleiros conseguem dar as repostas do ponto de vista da competitividade, mas falta uma política industrial que dê suporte a isso.

No mesmo momento nós vemos as agências reguladoras, um modelo que deveria ser profissionalizado longe das injunções políticas, praticamente serem capturadas pelos setores regulados.

Basta falar aqui da ANAC, que promete o pagamento de uma taxa pela bagagem sob a pretensa redução do preço das passagens. O que vimos, nós que usamos passagens aéreas todas as semanas, é a elevação progressiva dos preços das passagens.



A Agência Nacional de Saúde é um escândalo, faz reajustes que são quatro vezes a variação da inflação no mesmo período, estimula, praticamente expulsa as pessoas dos planos individuais e as coloca nos planos coletivos. E esses planos coletivos não têm o controle da ANS na fixação das tarifas. Por isso, hoje, mais de 3 milhões de consumidores brasileiros foram retirados dos planos de saúde, porque não conseguem pagar suas mensalidades.

Há um clima de liquidação, quer-se enterrar um Presidente vivo. Mas nós vamos estar atentos para que, no debate eleitoral do ano de 2018, possamos mostrar o quanto o povo brasileiro se viu sacrificado por uma agenda regressiva de direitos, uma agenda que agride os consumidores, uma agenda que agride o meio ambiente, uma agenda que agride o patrimônio nacional, porque se quer, como na manobra que se fez aqui nesta noite, facilitar a venda de empresas integrantes do sistema ELETROBRAS.

O PSB não vai compactuar com esse tipo de manobra. Por isso, fixa aqui a sua posição, que vem sendo defendida por toda a nossa bancada, de se opor, com a altivez que é própria da sua história, a essa liquidação do patrimônio do povo brasileiro, que não serve aos interesses maiores do nosso País.

Obrigado, Presidente.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 171.4.55.O**

**Data: 03/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está iniciada a votação.



**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB e a Oposição estão em obstrução.

**O SR. ARNALDO JARDIM** - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar, em nome do PPS.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Oposição está em obstrução.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB está em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está iniciada a votação.

Como vota a Minoria?

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o setor energético é estratégico para o País e para qualquer nação. Não é possível que o Governo Temer, que quebrou o Brasil, ainda queira fazer essa miséria com o nosso País, que é privatizar a ELETROBRAS.

O setor energético é estratégico para a Nação brasileira. Esta Casa não pode aceitar isso! A população está vendo a postura de cada Deputado e de cada Deputada aqui dentro.

Deixar privatizar a ELETROBRAS é entregar de vez todos os setores estratégicos do nosso País.

Portanto, hoje temos que nos manifestar aqui contra a privatização da ELETROBRAS.

Por isso a Minoria orienta obstrução, total, geral, irrestrita.

**O SR. TADEU ALENCAR** (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB está em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PSB está em obstrução.



Como vota o PPS?

**O SR. ARNALDO JARDIM** (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, afora o debate que nós faremos no momento oportuno, e ele será objetivo, sobre, por exemplo, da onde vieram os 30 bilhões que essas distribuidoras tiveram de prejuízo nesse período, da onde virão os recursos necessários para se poder ampliar o quadro de distribuição, geração e transmissão, sobre que reforma fazer do setor elétrico brasileiro, nós temos uma questão de urgência.

Ter pudor é evitar que os contratos sejam superados e se esgotem no prazo sem nenhuma alternativa. Ter pudor é impedir que todo o sistema interligado careça de fundamentação jurídica, o que está prestes a ocorrer. Por isso, esse assunto exige urgência.

Somos a favor dessa votação, Sr. Presidente.

**O SR. PASTOR EURICO** (PATRI-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O Deputado Pastor Eurico, na votação anterior, votou com o partido.

**O SR. FABIO GARCIA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Fabio Garcia.

**O SR. FABIO GARCIA** (DEM-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero esclarecer a Casa, porque novamente a Oposição tenta mentir, enganar as pessoas.

Não se trata de fazer a privatização da ELETROBRAS. Não é isso! Na verdade, nós estamos tentando dar condições às distribuidoras do Norte do Brasil, que hoje estão sendo administradas em caráter precário, porque a concessão venceu, para que possam continuar operando, senão vamos ter que liquidá-las, e



não haverá ninguém para operá-las e garantir suprimento de energia aos moradores que são atendidos pelas distribuidoras do Norte e de dois Estados do Nordeste do Brasil. Queremos simplesmente dar condição a essas distribuidoras para que continuem operando.

A ELETROBRAS operou em caráter precário essas distribuidoras e somou 6 bilhões de prejuízo. Se não aprovarmos isso, elas serão liquidadas, o que trará grandes prejuízos à ELETROBRAS e também aos consumidores do Norte do Brasil.

É isso, Sr. Presidente.

**A SRA. LEANDRE** (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a orientação do PV é “não”.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na Região Norte do Brasil, não há como o Governo Federal não subsidiar o preço de energia elétrica e de petróleo. Temos o exemplo no Pará.

No Pará, ainda no Governo do PSDB, o Governador Almir Gabriel, à época, vendeu a CELPA. E quem assumiu a CELPA foi um grupo do Maranhão, o grupo Equatorial. Façam uma pesquisa no Estado do Pará e vejam quantos contribuintes estão satisfeitos tanto com o preço quanto com a prestação de serviços da rede CELPA.

Portanto, o Norte do Brasil não vai aguentar pagar esse preço que o mercado internacional vai impor, como está impondo no caso do petróleo. O que aconteceu com o petróleo? Venderam o pré-sal a preço de banana para o mercado internacional, e nós estamos pagando um preço alto pelo petróleo.

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na votação anterior, o Deputado Aliel Machado votou com o partido.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Nilson Leitão, pela Liderança do PSDB.

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil e a política vivem tempos estranhos.

Eu me lembro de ter feito um discurso nesta tribuna, há alguns anos, quando fizemos uma avaliação do sistema energético brasileiro. Nem vou entrar no mérito do que estamos votando, mas vou aqui lembrar o que o Partido dos Trabalhadores fez com o sistema energético do Brasil: quebrou-o, a partir da Ministra Dilma, que estava à frente do Ministério de Minas e Energia. Ela represou valores, praticamente superlotou com empreguismo, com cabide de emprego, pagando preço altíssimo por pessoas incompetentes e desqualificadas que ocuparam cargos do setor energético brasileiro, e andou para trás.

Eu ouço agora discursos dessa esquerda que fala com tanto entusiasmo. E não vou aqui defender o atual Presidente da República, que é o Vice-Presidente do PT, mas vou lembrar a história de um país que andou para trás, que vendeu as suas divisas, que pegou dinheiro bom para investir fora do Brasil — Cuba e Venezuela —, para desenvolver países que hoje dão uma resposta negativa para o seu povo.

É impressionante a cara de pau de alguns que vêm aqui falar do setor energético. Nós sabemos por que o Brasil paga energia cara. Nós sabemos por que o Brasil paga óleo *díesel* caro. Alguns ousaram falar da PETROBRAS, ali naquela tribuna do outro lado, da PETROBRAS que encheram de compadrio, de esquema, de Lava-Jato. Quebraram a PETROBRAS! Venderam a PETROBRAS, e não foi para terceiros, foi para o próprio bolso, desviando dinheiro público, bancando campanhas eleitorais. Agora vêm aqui fazer discursos eloquentes sobre a PETROBRAS. Eu fico



indignado com tanta amnésia e com tanta cara de pau! É um absurdo o que escuto aqui hoje.

Mas estou aqui também, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para falar desse momento estranho que o Brasil vive, com a população ainda muito atenta à Copa do Mundo e pouco atenta às eleições. É uma população intolerante e impaciente com a política e com os políticos. Daqui a pouco vão começar a falar em eleição, depois de julho. Ainda é o momento em que o eleitor não está prestando atenção ao currículo dos seus candidatos, muito mais à imagem, ao personagem ou às histórias contadas, com verdades ou com mentiras.

Nós vamos chegar daqui a pouco e discutir o currículo dos nossos candidatos. Acima de tudo, vamos discutir que Brasil nós queremos daqui para frente. Que Brasil é esse? É o Brasil com a máquina pública do tamanho que está? É o Brasil com o orçamento como está? É o Brasil com uma estrutura pesada e que não consegue responder ao cidadão comum o que é preciso na saúde e na educação? Ou vamos continuar discutindo que temos que vender tudo porque não temos condições de gerir, pela falta de dinheiro, pela quebra de anos que os governos impuseram ao povo brasileiro?

O Brasil custa cada vez menos e, para os brasileiros, o Brasil custa cada vez mais. Há o peso dessa máquina pública nos ombros do brasileiro, que não suporta mais pagar imposto, que não suporta mais ficar sem o atendimento básico necessário, o mínimo necessário de um Brasil que deveria estar aumentando a arrecadação e reduzindo o custeio da sua máquina. Mas, não, não querem discutir isso.





O que nós estamos fazendo de fato? Hoje, o Relator da LDO acatou a nossa emenda, a emenda da bancada do PSDB, mas que tem a vontade de muitos Deputados de outros partidos. A nossa sugestão nessa emenda é reduzir 20% do custeio-meio da máquina pública — Judiciário, Executivo, Legislativo, Ministério Público. E, quando eu digo custeio-meio, não estou pedindo para reduzir a gasolina da ambulância, Deputado Esperidião Amin; estou pedindo para reduzir o custeio do carro do Ministro e do carro oficial, para reduzir o custeio da diária de viagens que, às vezes, não são necessárias, para que sobre dinheiro para investimento.

Alguns colegas não estão entendendo, e eu os compreendo, porque o Legislativo tem realmente feito a sua parte e reduzido muita coisa. Mas ele tem espaço para reduzir mais — tem que reduzir mais! Alguns não querem que se discuta a redução do Legislativo, mas é preciso que façamos a nossa parte para que possamos cobrar a parte alheia.

É necessário reduzir a máquina pública como um todo. Se não o fizermos, vamos continuar com o discurso de que sobram apenas 2% ou 3% para investimento no Brasil, enquanto a máquina cresce.

Este é o momento de rediscutirmos esse futuro, talvez estancar os concursos previstos e aproveitar aqueles que já foram realizados. Não é mais possível a diferença de tratamento, com um funcionário capacitado, competente da iniciativa privada ganhando 70%, 80% a menos do que um funcionário competente do serviço público.

Está na hora de revermos que só há uma entrada de dinheiro no Brasil: o imposto pago pelo cidadão. E, se não reduzirmos a máquina, não sobrará dinheiro para investimento nem nas Prefeituras, nem no Governo Estadual, nem no Governo



Federal. Eu sei que isso pode parecer desapropriado para alguns. Mas, no meu entendimento — já fui Prefeito e já fui premiado pela Lei de Responsabilidade Fiscal —, sei que poderia ter feito mais, como muitos acham que podem.

Portanto, é necessário que parta daqui, do Congresso Nacional, uma atitude clara de redução da máquina. Essa é a PEC que nós já apresentamos. Mas, quanto à redução na LDO, amanhã será a oportunidade de todos os partidos políticos, de direita, de esquerda, de centro, votarem aquilo que já foi acatado pelo Relator, o Senador Dalirio Beber, e reduzir 10% da máquina pública já a partir de 2019. Essa é uma ação concreta, eficaz. E pode, sim, cada gestor de cada Poder entender isso e reduzir.

O Governo brasileiro gastou, em 2017, 2 bilhões de reais com alugueis de prédios Brasil afora. É possível reduzir. Vamos verificar o que os demais Poderes podem reduzir. O importante é entender que o Brasil de hoje não pode mais ser o Brasil de amanhã, pelo peso da máquina pública, e que nós temos que fazer a nossa parte.



---

**O SR. LELO COIMBRA** (MDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Lelo Coimbra votou com o partido nas votações anteriores.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Todos votaram? (*Pausa.*)

**O SR. MARCO ANTÔNIO CABRAL** (MDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Marco Antônio Cabral votou com o MDB nas últimas votações.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Todo mundo votou? O Governador Esperidião Amin já votou ou não? (*Pausa.*)

Está liberado? Está autorizado? (*Pausa.*)



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 226;

NÃO: 48;

ABSTENÇÃO: 6.

**APROVADA A URGÊNCIA.**



---

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA** (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Subtenente Gonzaga votou com o partido.

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Afonso Hamm votou com o Partido Progressista.

**O SR. RENATO ANDRADE** (Bloco/PP-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Renato Andrade votou com o partido.

**O SR. GIVALDO CARIMBÃO** (Bloco/AVANTE-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Givaldo Carimbão votou com o partido.



## PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

**O SR. ROBERTO ALVES** (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros que nos acompanham de todas as regiões do País através da *Rádio Câmara* e da *TV Câmara*, aqui desta tribuna junto-me aos nobres pares para homenagear os policiais rodoviários federais de todo o País, uma vez que o Dia do Policial Rodoviário Federal será celebrado no próximo dia 27, mas a classe foi merecidamente homenageada no dia de hoje, em sessão solene neste plenário.

Brasileiros de norte a sul do País reconhecem a importância do trabalho destes profissionais, cuja missão é garantir a paz no trânsito das rodovias brasileiras e, com isso, salvar vidas. É um trabalho realizado com excelência e afinco. Prova disso são os resultados de 2017, que mostram uma redução de 7,5% no número de acidentes nas estradas e de 2,5% no número de mortes, em relação ao ano anterior. Foram mais de 5,8 milhões de autuações, a grande maioria por excesso de velocidade e embriaguez ao volante, que são as maiores causas de acidentes nas estradas brasileiras. Mas o compromisso desses profissionais vai muito além da fiscalização.

A Polícia Rodoviária Federal vem se aproximando cada vez mais da sociedade, das comunidades, dos jovens, no sentido de exercer um trabalho preventivo através do diálogo e da educação. Afinal, quem atua fiscalizando as estradas sabe que, para reduzir o número de acidentes e de mortes, é importante educar o motorista, desenvolver nele uma nova consciência que estabeleça uma relação pacífica e responsável com a sociedade, seja nas ruas, seja nas estradas.



Também sabem que não basta educar ou reeducar os que já possuem a CNH. É preciso ir às escolas e falar com as futuras gerações sobre a importância de respeitar e preservar vidas no trânsito, para que possam surgir novas gerações comprometidas com um trânsito mais humano e menos violento.

Diante disso, eu quero parabenizar a Polícia Rodoviária Federal e seus agentes pelo importante trabalho de fiscalização e de prevenção que vem sendo realizado nos últimos anos.

Sr. Presidente, a Polícia Rodoviária Federal exerce um papel importante no combate à exploração sexual infantil. A instituição desenvolveu um projeto chamado Mapear, que detecta os pontos vulneráveis que expõem crianças e adolescentes ao perigo. Neste ano foram detectados 2.487 pontos de exploração sexual infantil nas estradas brasileiras, um dado que me preocupa e que merece a atenção deste Parlamento e de todas as instituições que atuam na proteção e defesa das crianças e adolescentes.

Como Presidente da Frente Parlamentar contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, cuja finalidade também é promover a prevenção ao abuso sexual infantil através da informação, tenho orgulho de contar com a parceria da Polícia Rodoviária Federal, que vem contribuindo com nossas ações itinerantes pelo interior do Estado de São Paulo, dando palestras sobre a exploração sexual infantil, que afeta milhares de crianças em todo País.

Eu encerro a minha fala, senhoras e senhores, parabenizando os milhares de policiais rodoviários federais que atuam nas estradas federais do nosso País. Quero ratificar a minha contribuição na luta destes profissionais, que vêm trabalhando com poucos recursos e déficit de pessoal, mas que exercem um trabalho heroico,



---

isolando-se da vida social e de suas famílias, para exercer a função de guardiões das estradas.

Parabenizo, sobretudo, o Diretor-Geral Renato Borges Dias e o Superintendente Regional da PRF de São Paulo, Valmir Cordelli, que vêm nos ajudando e colocando a sua equipe à disposição da nossa Frente Parlamentar, unindo esforços no combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes no interior de São Paulo.

É o que tenho a dizer.

Muito obrigado.





**A SRA. BRUNA FURLAN** (PSDB-SP. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o intenso fluxo de migrantes que tem chegado a Roraima, em decorrência do agravamento da situação política e econômica na Venezuela, gerou, sem dúvida, uma forte pressão sobre os serviços públicos do Estado, sobretudo na Capital Boa Vista e na cidade de Pacaraima, situada na fronteira.

Com a edição da Medida Provisória nº 820, de 2018, que dispõe sobre medidas de assistência emergencial para fluxos migratórios em situações de crise humanitária, e a constituição do Comitê Federal de Assistência Emergencial, pelo Decreto nº 9.286, de 2018, foi enfim possível estruturar um programa federal de alívio da crise, no qual se destaca a Operação Acolhida, conduzida pela Força-Tarefa Humanitária, sob o comando do Ministério da Defesa.

Durante a missão que realizei em Roraima, de 22 a 24 deste mês, na qualidade de Vice-Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional encarregada da MP 820/18, pude verificar o trabalho exemplar que Forças Armadas, Polícia Federal, organismos internacionais, igrejas e entidades da sociedade civil têm feito para o acompanhamento da entrada e o acolhimento dos migrantes venezuelanos. Tal esforço permitiu a nosso País equacionar, temporariamente, os aspectos mais dramáticos do fenômeno migratório.

Eu gostaria, no entanto, de chamar a atenção para quatro aspectos delicados da atual crise: a ajuda federal tardou a chegar e encontrou a situação no Estado significativamente deteriorada; as autoridades locais, movidas por interesses imediatos, pouco têm feito para aliviar a crise e contribuem para a rejeição aos migrantes; persiste a carência de recursos materiais e humanos para o combate à



crise, sobretudo em Pacaraima; o programa de internalização dos migrantes tem avançado com demasiada lentidão.

Quanto ao primeiro ponto, é preciso entender que a chegada a Roraima, com relativo atraso, das ações federais de combate à crise humanitária exige um duplo esforço de alívio da situação. A ajuda federal precisa chegar mais rapidamente e em maior quantidade, sobretudo nas áreas de saúde e educação. Além disso, os acordos efetuados entre as três instâncias de Governo para redistribuição de atribuições e tarefas precisam ser implementados com urgência.

Com respeito ao segundo ponto, tenho apenas a lamentar que tanto o Governo do Estado quanto a Prefeitura de Boa Vista estejam apostando na estratégia da xenofobia e na promoção do conflito entre brasileiros e venezuelanos. A atitude é temerária e contraproducente, além de conspirar contra os interesses de longo prazo de Roraima, ligados à integração com a Venezuela e ao aumento da ajuda internacional ao Estado.

O terceiro ponto está ligado aos dois anteriores. Em minha visita ao Estado, verifiquei a urgente necessidade de que seja assegurada melhor estrutura física e de pessoal para a delegacia de fronteira da PF, em Pacaraima, inclusive com a chegada de novos equipamentos. Doações internacionais seriam bem-vindas, sobretudo na área de equipamentos. Essas melhorias na estrutura da delegacia da PF permitiriam, por exemplo, a regularização de documentos de identificação e de trabalho dos migrantes logo de seu ingresso no território brasileiro, aliviando a pressão sobre Boa Vista e Manaus.

Também me pareceu urgente que se faça a imediata passagem do controle do Hospital Délio Tupinambá, em Pacaraima, para o controle do Ministério da



Defesa. O hospital, ainda sob o controle do Governo do Estado, encontra-se inoperante, no que parece uma ação deliberada de sabotagem à ação humanitária. A Força-Tarefa Humanitária precisa assumir o pleno controle do hospital e dotá-lo de maiores recursos físicos e humanos, de modo que o mesmo possa ter mínimas condições de atendimento aos migrantes.

O quarto ponto talvez seja o mais importante para o efetivo equacionamento da situação. Caso não avance com maior rapidez o programa de internalização dos migrantes e de sua distribuição por outros Estados da Federação, o atual programa de acolhida não terá como atender o constante fluxo de migrantes e poderá entrar em colapso.

É preciso que o Comitê Federal de Assistência Emergencial desempenhe a função de uma autoridade migratória de fato e passe a negociar, de forma ativa, com os diversos Estados da Federação, programas de acolhida e internalização produtiva de migrantes. Somente assim haverá solução efetiva para a atual crise.

Recordo que todas as principais iniciativas de nosso País na área da migração estiveram ligadas a programas bem estruturados de internalização dos migrantes e de sua inserção produtiva em nossa economia. As migrações italianas, alemãs, espanholas, polonesas, russas, ucranianas, sírio-libanesas e japonesas somente foram bem-sucedidas porque sempre se preocuparam em garantir o estreito vínculo entre migrações e trabalho.

Também a recente crise dos migrantes haitianos no Acre somente foi resolvida quando se implantou um programa de internalização que contemplava a intermediação de mão de obra e o controle das ofertas de emprego.

De nossa parte, buscaremos introduzir no texto da MP 820/18 dispositivo que



---

estabeleça a tríade do trabalho-renda-segurança social, indispensável para o sucesso de qualquer estratégia de internalização de migrantes em casos de crise humanitária.

Migrantes não são um estorvo para o País. Pelo contrário, eles constituem elemento vital da sociedade brasileira e garantia de sua constante renovação e fortalecimento.

Muito obrigada.



**O SR. MARCIO ALVINO** (PR-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta oportunidade, com profunda alegria, desejo registrar meus cumprimentos ao Centro Educacional Jabuti — CEJA de Mogi das Cruzes, São Paulo, pela certificação do CEBAS Educação, publicada no Diário Oficial da União no último dia 11.

O Governo Federal, por meio dos Ministérios da Educação — MEC, do Desenvolvimento Social e Agrário — MDSA e da Saúde — MS, reconhece, de modo formal, entidades beneficentes de assistência social prestadoras de serviços nas áreas específicas de cada Pasta.

Isso se dá pela outorga/renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social — CEBAS, prevista nos termos da Lei nº 12.101, de 2009, contemplando pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos.

Vários requisitos são necessários e, para o setor educação, tem-se, principalmente, a universalidade de atendimento, percentual de gratuidade, número mínimo de bolsas de estudo, conformidade com o Plano Nacional de Educação — PNE e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB, atendimento a padrões de qualidade aferidos pelo MEC.

E o Centro Educacional Jabuti de Mogi das Cruzes cumpriu todos os requisitos com louvor, em perfeito cumprimento à sua missão de “promover o desenvolvimento integral da criança e do adolescente por meio de ações preventivas, pedagógicas e culturais, ajudando-os a construir seu próprio conhecimento e transformar sua realidade”.

O público-alvo, entre zero e 16 anos, de baixa renda, subdivide-se em três grupos, em tempo integral ou contraturnos: 50 crianças entre zero e 6 anos, que



frequentam a Escola de Educação Infantil; 60 crianças entre 6 e 16 anos, integrantes do Projeto Centopeia; 70 crianças entre 6 e 16 anos, sob risco de trabalho infantil, participantes do Projeto Peti Prema.

A par das atividades pedagógicas apropriadas ao conhecimento escolar, a instituição oferece refeições, de modo a suprir as deficiências nutricionais advindas das dificuldades econômicas das famílias, além de oficinas de artesanato, pintura, desenho, jogos recreativos, iniciação musical, dança, teatro e expressão corporal.

Sras. e Srs. Deputados, talvez já seja um clichê, mas tal condição não anula a verdade da afirmação: a educação é a via de crescimento pessoal, familiar, social e econômico.

E o Centro Educacional Jabuti de Mogi das Cruzes tem chamado a si a responsabilidade de resgatar crianças e adolescentes, por meio do conhecimento e do acesso à cultura, sem paternalismos ou vitimismos.

É de exemplos como esse que hoje carecemos, Sr. Presidente, nobres colegas.

Por isso, faço questão de me colocar à disposição da entidade naquilo que estiver ao meu alcance como Deputado Federal e como Presidente da Frente Parlamentar Mista para Investimentos Federais na Educação, tendo acompanhado a tramitação do processo de certificação junto ao MEC até o seu desfecho.

Receba, Centro Educacional Jabuti de Mogi das Cruzes, o meu aplauso. Que a diretoria, funcionários, alunos, familiares e demais apoiadores sigam fazendo esse belíssimo trabalho!



---

**VI - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 171.4.55.O**  
**Data: 03/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:***





**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 171.4.55.O**

**Data: 03/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 4176**

---

**DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:**



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para amanhã, quarta-feira, dia 4 de julho, às 9 horas, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 8.939, de 2017; Projetos de Lei Complementar nºs 137, de 2015, 470, de 2018, 270, de 2016, e 441, de 2017; e Projetos de Lei nºs 10.332, de 2018, e 1.572, de 2007. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação. Convoco também Sessão Extraordinária para amanhã, quarta-feira, dia 4 de julho, às 9h05min, que será transformada em Comissão Geral para discutir a *“concessão e a revogação de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial, dos quais decorra renúncia de receita ou aumento de despesa”*.

Lembro que foi convocada Sessão do Congresso Nacional para hoje, terça-feira, dia 3 de julho, com Ordem do Dia já divulgada.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 171.4.55.O**

**Data: 03/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 4176**

---

***(Encerra-se a sessão às 21 horas e 16 minutos.)***